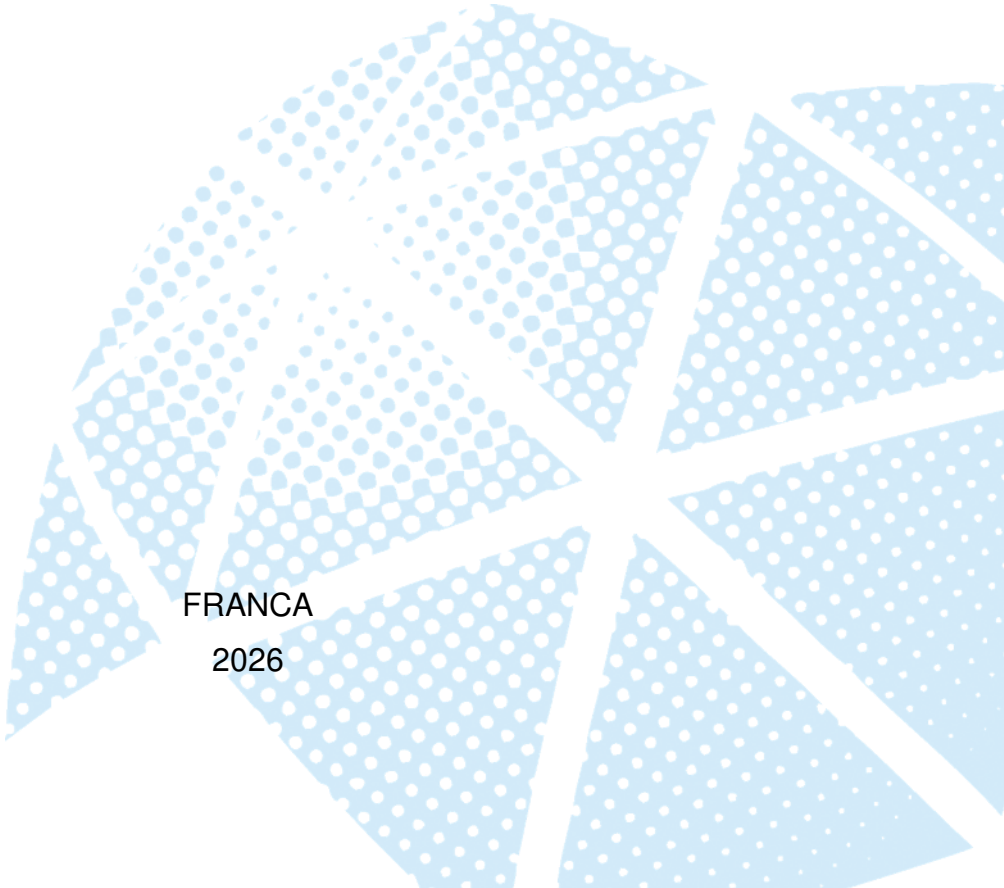


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca

YASMIN WICHER DAMASCENO

**ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA EM RELAÇÃO AOS GASTOS COM SEGURANÇA
PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 2012-2022**

FRANCA
2026



YASMIN WICHER DAMASCENO

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA EM RELAÇÃO AOS GASTOS COM SEGURANÇA
PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 2012-2022

Dissertação apresentada à Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Câmpus de
Franca, para obtenção do título de Mestra em
Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

Área de concentração: Planejamento e Análise
de Políticas Públicas.

Linha de pesquisa: Instituições, cidadania e
políticas sociais.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Martim Guedes.

FRANCA

2026

D155a

Damasceno, Yasmin Wicher
ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA EM RELAÇÃO AOS
GASTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO
DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 2012-2022 /
Yasmin Wicher Damasceno. -- Franca, 2026
95 p. : il., tabs. + objeto educacional

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais, Franca
Orientador: Álvaro Martim Guedes

1. Segurança pública. 2. Orçamento público. 3. Gastos
públicos. 4. Políticas públicas. 5. São Paulo (Estado). I.
Título.

YASMIN WICHER DAMASCENO

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA EM RELAÇÃO AOS GASTOS COM SEGURANÇA
PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 2012-2022

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Câmpus de Franca, para obtenção do título de Mestra em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

Área de concentração: Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

Data da defesa: 11/08/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Álvaro Martim Guedes

UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca

Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita

UNESP - Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas /
Centro Universitário Barão de Mauá

Prof. Dr. Júlio César Nascimento

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa oferece subsídios para o planejamento, a transparência e a avaliação dos gastos com segurança pública no Estado de São Paulo. Ao demonstrar que a coincidência temporal entre aumento de recursos e redução de homicídios não basta para comprovar causalidade, o estudo favorece decisões orçamentárias baseadas em evidências, com atenção à investigação, à prevenção, à proteção de direitos e ao controle da letalidade policial. O produto técnico-educacional amplia o alcance social dos resultados ao traduzir conceitos de orçamento, cidadania e segurança pública para linguagem acessível. O trabalho possui potencial científico, técnico, social, educacional e institucional, com aplicação em gestão pública, formação cidadã, extensão universitária e debate qualificado sobre políticas públicas.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research supports the planning, transparency and evaluation of public security expenditure in the State of São Paulo. By showing that the temporal coincidence between increased funding and declining homicide rates is insufficient to establish causality, the study encourages evidence-based budgeting, with attention to investigation, prevention, rights protection and the monitoring of police lethality. The technical and educational product broadens the social reach of the findings by translating concepts of budgeting, citizenship and public security into accessible language. The study has scientific, technical, social, educational and institutional potential, with applications in public management, civic education, university outreach and informed policy debate.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao meu avô, Valdomiro Bispo Damasceno (1929-2024), a quem amo incondicionalmente. Foi a pessoa que mais amei e amo em minha vida e permanece como minha maior inspiração. Suas raízes baianas, o amor pela leitura e o compromisso com o serviço público formaram um homem de profundo senso de justiça. Ao longo da vida, atuou como professor, enfermeiro, advogado, investigador e vereador, sempre pelos meios legais, sem procurar retorno pessoal e com atenção ao bem-estar da população. Mesmo após seu falecimento, continua a orientar meus passos. Tive a felicidade de vê-lo acompanhar meu ingresso neste Programa de Mestrado, emocionado e genuinamente orgulhoso de mim.

Agradeço à Universidade Estadual Paulista, instituição que fez parte da minha graduação e agora do mestrado, e que espero reencontrar nas próximas etapas da minha trajetória. Sou grata pelas oportunidades, pelos professores, pelos servidores e por todos os profissionais que contribuíram para minha formação. Agradeço especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. Álvaro Martim Guedes, que me acompanha desde a graduação. Ao longo desse percurso, construímos uma relação de confiança, respeito e simplicidade na forma de encarar a vida e seus desafios.

Agradeço à minha família, especialmente ao meu irmão Yuri, também egresso da UNESP, onde cursou História e concluiu o Mestrado em História da África. Seu diploma emoldurado na parede sempre foi uma referência e uma motivação para que eu ingressasse e permanecesse na Universidade.

Por fim, agradeço à Eloá, que se tornou minha melhor amiga justamente neste Programa. Sua lealdade, seus conselhos e sua presença constante foram um presente do mestrado que levarei por toda a vida.

*O dinheiro tira um homem da miséria, mas não pode
arrancar de dentro dele a favela.*

Racionais MC's

Os ventos do norte não movem moinhos.

Ney Matogrosso, Sangue Latino

*Minha vida é andar por este país, pra ver se um dia
descanso feliz.*

Luiz Gonzaga, A Vida do Viajante

RESUMO

Esta dissertação analisa a distribuição dos gastos com segurança pública no Estado de São Paulo entre 2012 e 2022 e sua associação com homicídios, taxa de desocupação e valores empenhados associados ao policiamento e à investigação policial. A pesquisa adotou abordagem qualiquantitativa, com revisão bibliográfica e documental, organização de séries anuais, correlações de Pearson, correlações parciais com controle do tempo e entrevistas semiestruturadas com seis especialistas. Os coeficientes brutos indicaram associações negativas entre homicídios e valores empenhados associados ao policiamento ($r = -0,671$; $p = 0,024$), taxa de desocupação ($r = -0,764$; $p = 0,006$) e investigação policial ($r = -0,586$; $p = 0,058$). Após o controle da tendência temporal, as relações entre homicídios e as séries orçamentárias de policiamento e investigação perderam significância, enquanto a associação com a taxa de desocupação permaneceu estatisticamente significativa, embora em direção contrária à predominante na literatura. As entrevistas acrescentaram perspectivas complementares sobre gestão, alocação de recursos, capacidade institucional, investigação, formação profissional, condições de trabalho e dinâmicas dos mercados criminais. Conclui-se que houve associação temporal entre o comportamento das séries, mas os dados não permitem atribuir causalidade ao orçamento. Como produto técnico-educacional, foi elaborado o gibi Quando a Voz se Cala, destinado à comunicação pública dos achados e à educação cidadã.

Palavras-chave: segurança pública; orçamento público; homicídios; avaliação de políticas públicas; Estado de São Paulo.

ABSTRACT

This dissertation analyzes public security expenditure in the State of São Paulo from 2012 to 2022 and its association with homicides, the unemployment rate, and committed expenditure amounts associated with policing and criminal investigation. The study adopted a mixed-methods approach based on bibliographic and documentary research, annual time-series organization, Pearson correlations, partial correlations controlling for time, and semi-structured interviews with six experts. The raw coefficients indicated negative associations between homicides and committed policing expenditure ($r = -0.671$; $p = 0.024$), the unemployment rate ($r = -0.764$; $p = 0.006$), and criminal investigation expenditure ($r = -0.586$; $p = 0.058$). After controlling for the temporal trend, the relationships between homicides and the policing and investigation budget series lost statistical significance, while the association with unemployment remained statistically significant, although in the opposite direction to that predominantly reported in the literature. The interviews added complementary perspectives on management, resource allocation, institutional capacity, investigation, professional training, working conditions, and criminal market dynamics. The study identifies temporal associations among the series but does not support a causal attribution to the budget. The technical and educational product, the comic book *Quando a Voz se Cala*, communicates the findings and supports civic education.

Keywords: public security; public budgeting; homicides; public policy evaluation; State of São Paulo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Operacionalização das variáveis quantitativas.....	29
Quadro 2 - Síntese do produto técnico-educacional	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Síntese das correlações e da análise de sensibilidade	33
Tabela 2 - Ano e valores empenhados associados ao policiamento.....	47
Tabela 3 - Homicídios em cada ano de 2012 a 2022 no Estado de São Paulo	47

Tabela 4 - Série anual de valores empenhados associados ao policiamento e homicídios, 2012-2022.....	48
Tabela 5 - Resultados estatísticos da correlação entre valores empenhados associados ao policiamento e homicídios.....	48
Tabela 6 - Taxa anual de desocupação no Estado de São Paulo, 2012-2022	49
Tabela 7 - Série anual de homicídios e taxa de desocupação, 2012-2022	50
Tabela 8 - Resultados estatísticos da correlação entre homicídios e taxa de desocupação.....	50
Tabela 9 - Série anual de homicídios e valores empenhados associados à investigação policial, 2012-2022.....	52
Tabela 10 - Resultados estatísticos da correlação entre homicídios e valores empenhados associados à investigação policial.....	52
Tabela 11 - Síntese comparativa das três correlações de Pearson testadas	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do gibi Quando a Voz se Cala.....	58
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo geral.....	16
1.2.2 Objetivos específicos	16
1.3 HIPÓTESE.....	17
1.4 METODOLOGIA	17
2 REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA E PARADIGMAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL.....	19
2.2 FEDERALISMO, DESENHO INSTITUCIONAL E COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL	20
2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO, PLANEJAMENTO E RESPONSABILIDADE FISCAL	22
2.4 EFICIÊNCIA, EFICÁCIA, EFETIVIDADE E AVALIAÇÃO DO GASTO	23
2.5 HOMICÍDIOS, LETALIDADE POLICIAL E DINÂMICAS DO CRIME ORGANIZADO	25
2.6 SÍNTESE DO MARCO ANALÍTICO E LACUNA DE PESQUISA.....	26
3 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS E RESULTADOS EXPLORATÓRIOS.....	28
3.1 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS.....	28
3.1.1 Delineamento, unidade de análise e recorte.....	28
3.1.2 Fontes, corpus documental e delimitação das variáveis	29
3.1.3 Preparação e análise descritiva dos dados.....	29
3.1.4 Coeficiente de correlação de Pearson	30
3.1.5 Análise de sensibilidade e limites de inferência	30
3.2 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DAS SÉRIES	31
3.2.1 Trajetória dos homicídios entre 2012 e 2022	31
3.2.2 Evolução dos valores empenhados	32
3.2.3 Correlações entre homicídios, policiamento, investigação e taxa de desocupação	32
3.2.4 Avaliação da hipótese na análise exploratória	33
3.2.5 Síntese analítica	34

3.3 ENTREVISTAS COM ESPECIALISTAS	34
3.3.1 Entrevista 1.....	35
3.3.2 Entrevista 2.....	37
3.3.3 Entrevista 3.....	39
3.3.4 Entrevista 4.....	41
3.3.5 Entrevista 5.....	43
3.3.6 Entrevista 6.....	44
3.3.7 Síntese analítica das entrevistas	46
4 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS	47
4.1 VALORES ORÇAMENTÁRIOS E ASSOCIAÇÕES ENTRE AS VARIÁVEIS	47
4.1.1 Evolução dos valores empenhados e dos homicídios	47
4.1.2 Correlação entre valores empenhados associados ao policiamento e homicídios.....	48
4.1.3 Taxa de desocupação entre os anos de 2012 e 2022 no Estado de São Paulo...	49
4.1.4 Correlação entre homicídios e taxa de desocupação	50
4.1.5 Correlação entre homicídios e valores empenhados associados à investigação policial	51
4.1.6 Evidências de associação e limites para a avaliação da eficácia	53
5 DISCUSSÃO	54
5.1 ORÇAMENTO E REDUÇÃO DOS HOMICÍDIOS	54
5.2 ALOCAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E CAPACIDADE INSTITUCIONAL	54
5.3 TAXA DE DESOCUPAÇÃO, MULTICAUSALIDADE E CAUTELA INFERENCIAL	55
5.4 ARTICULAÇÃO ENTRE DADOS E ENTREVISTAS	56
5.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	56
6 PRODUTO TÉCNICO-EDUCACIONAL: GIBI "QUANDO A VOZ SE CALA"	57
6.1 CONCEPÇÃO E VÍNCULO COM A PESQUISA.....	57
6.2 CARACTERIZAÇÃO, OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO.....	57
6.3 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO E TRADUÇÃO DIDÁTICA DOS ACHADOS	59
6.4 APLICABILIDADE E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	61
6.5 LIMITAÇÕES, VALIDAÇÃO E POSSIBILIDADES DE APERFEIÇOAMENTO .	61
6.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO.....	62
7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	63

7.1 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS	63
7.2 CONFRONTO COM A HIPÓTESE DE PESQUISA.....	63
7.3 CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO	64
7.4 RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E PESQUISAS FUTURAS	64
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICES	70
APÊNDICE A - CRONOGRAMA DA PESQUISA.....	71
APÊNDICE B - PRODUTO TÉCNICO-EDUCACIONAL: GIBI "QUANDO A VOZ SE CALA"	72
APÊNDICE C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	80
ANEXOS.....	81
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	82
ANEXO B - OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA EMITIDO PELO CEP.....	84
ANEXO C - DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA E APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	91
ANEXO D - COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO	94

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública ocupa posição central no debate sobre direitos, capacidades estatais e qualidade da democracia. A Constituição Federal de 1988 a define como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, mas a organização institucional do setor preserva tensões entre práticas de controle, repressão e proteção cidadã. A permanência de repertórios autoritários, a fragmentação das instituições e a desigualdade de acesso à proteção pública influenciam a formulação, a execução e a avaliação das políticas de segurança (Crestani, 2011; Carvalho; Silva, 2011; Cruz et al., 2017).

Nesse campo, o orçamento não deve ser tratado como uma variável isolada. A autorização e a execução das despesas expressam prioridades governamentais, capacidades administrativas e escolhas sobre policiamento, investigação, inteligência, prevenção, formação e proteção de direitos. A Lei nº 4.320/1964, a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 101/2000 vinculam o orçamento ao planejamento, à responsabilidade fiscal e à transparência. A avaliação do gasto, portanto, requer examinar sua composição, seu estágio de execução e sua relação com objetivos e resultados (Brasil, 1964, 1988, 2000).

O Estado de São Paulo apresenta um caso relevante para essa análise. Entre 2012 e 2022, os registros de homicídios diminuíram, enquanto os valores orçamentários associados às ações selecionadas de policiamento e investigação apresentaram oscilações e crescimento nominal em parte do período. A coexistência dessas trajetórias pode sugerir associação, mas não demonstra, por si só, que o aumento de recursos tenha causado a redução da violência letal. Mudanças demográficas, econômicas e institucionais, políticas de controle de armas, transformações dos mercados criminais, estratégias policiais e capacidades de investigação podem atuar simultaneamente (Dias, 2009; Bueno; Lima; Teixeira, 2019; Cerqueira; Bueno, 2024).

A cautela é ainda mais necessária porque a redução dos homicídios não equivale automaticamente à melhoria integral da política de segurança. Bueno, Lima e Teixeira (2019) identificam, em São Paulo, uma trajetória na qual a queda dos homicídios dolosos coexistiu com o crescimento das mortes decorrentes de intervenções policiais. Esse contraste reforça a necessidade de avaliar resultados, legalidade, proporcionalidade do uso da força, transparência e proteção de direitos, evitando que um único indicador seja tomado como medida suficiente de sucesso.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de aproximar a análise orçamentária da avaliação de políticas públicas. Estudos sobre gastos estaduais demonstram que maior despesa

não garante, de modo automático, eficiência, eficácia ou efetividade. A qualidade da gestão, a coordenação entre órgãos, a capacidade investigativa, a produção de informações e a vinculação entre recursos, metas e indicadores condicionam os resultados (Ballesteros, 2014; Santos; Gontijo; Amaral, 2015; Costa; Silva; Ferreira, 2021).

A dissertação articula evidências documentais, estatísticas e qualitativas para examinar o período de 2012 a 2022. O propósito não é reduzir a violência a uma explicação única, mas verificar se as séries orçamentárias apresentam associação com os homicídios e compreender, por meio da literatura e das entrevistas, quais mecanismos institucionais ajudam a interpretar aproximações, distanciamentos e contradições entre gasto e resultado. A análise também fundamenta o produto técnico-educacional Quando a Voz se Cala, elaborado para comunicar os achados em linguagem acessível e estimular a educação cidadã sobre orçamento e segurança pública.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como foram distribuídos os gastos com segurança pública no Estado de São Paulo entre 2012 e 2022, e em que medida a evolução dos valores destinados ao policiamento e à investigação policial se associa à trajetória dos homicídios, considerando os limites estatísticos, as capacidades institucionais e as percepções de especialistas?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar criticamente a distribuição dos gastos com segurança pública no Estado de São Paulo entre 2012 e 2022, articulando dados orçamentários, indicadores de violência letal e percepções de especialistas sobre a gestão, a alocação e os resultados da política.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Descrever a evolução anual dos valores empenhados associados ao policiamento e à investigação policial e relacioná-la à trajetória dos homicídios e da taxa de desocupação no Estado de São Paulo entre 2012 e 2022.
- b) Examinar as associações entre as séries selecionadas por meio do coeficiente de correlação de Pearson e de análises de sensibilidade voltadas ao controle da tendência temporal.

- c) Analisar qualitativamente as percepções de especialistas vinculados à segurança pública sobre gestão, alocação de recursos, estrutura institucional e outros fatores relacionados ao setor, articulando essas contribuições aos resultados quantitativos.
- d) Elaborar um produto técnico-educacional destinado à comunicação dos principais achados da pesquisa e ao apoio de ações de educação cidadã.

1.3 HIPÓTESE

A hipótese formulada sustenta que o aumento dos valores orçamentários destinados à segurança pública estaria associado à redução dos homicídios no Estado de São Paulo, mas não necessariamente à redução da violência policial. A hipótese é examinada de forma qualificada, pois o desenho observacional e a série temporal curta não permitem atribuir causalidade isolada ao orçamento.

1.4 METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualiquantitativa, de natureza aplicada, descritiva e exploratória. O desenho combinou pesquisa bibliográfica, análise documental, tratamento estatístico de séries anuais e entrevistas semiestruturadas. A triangulação permitiu confrontar regularidades numéricas com interpretações institucionais e experiências profissionais, sem equiparar depoimentos a evidências representativas de todo o campo.

O recorte temporal compreendeu os anos de 2012 a 2022, e o recorte espacial correspondeu ao Estado de São Paulo. A unidade de análise quantitativa foi o ano-calendário. O ano de 2012 coincide com o início da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), adotada como referência para a taxa de desocupação (IBGE, [s. d.]). O encerramento em 2022 preservou a compatibilidade temporal com a série consolidada de homicídios empregada na base da pesquisa (Cerqueira; Bueno, 2024), permitindo a organização de onze observações anuais comparáveis. A delimitação, portanto, atende a uma decisão metodológica de compatibilização das séries e não corresponde à avaliação de uma gestão governamental específica.

O corpus documental reuniu os registros orçamentários consultados nos sistemas da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, especialmente o Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária (SIGEO) (São Paulo (Estado), [s. d.]); a série de homicídios adotada a partir do Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2024); e a PNAD Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, [s. d.]). A leitura da

execução orçamentária considerou a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (Brasil, 1964, 2000). Para a análise estatística, foram adotadas as referências de Cohen (1988), Dancey e Reidy (2019) e Field (2020).

A análise estatística foi realizada em duas etapas. Primeiro, foram calculados coeficientes de correlação de Pearson, coeficientes de determinação e valores de significância. Em seguida, foram calculadas correlações parciais com controle do ano, a fim de reduzir o risco de associações espúrias decorrentes de tendência temporal comum. Os coeficientes foram interpretados como medidas de associação entre séries anuais, e não como prova de causalidade. A amostra de onze observações limita o poder estatístico, a inclusão de controles e a generalização dos resultados (Cohen, 1988; Dancey; Reidy, 2019; Field, 2020).

A etapa qualitativa reuniu seis entrevistas semiestruturadas com especialistas vinculados à segurança pública. A seleção foi intencional e considerou a trajetória acadêmica, profissional e institucional dos participantes, observando produção científica, livros, pesquisas, atuação profissional, participação em instituições e manifestações públicas relacionadas ao tema. A diversidade de perfis não teve como finalidade compor grupos profissionais equivalentes, mas reunir experiências capazes de contribuir para a compreensão de diferentes dimensões da gestão, do orçamento, das instituições e das políticas de segurança pública.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, Câmpus de Franca, sob o CAAE 84783924.0.0000.5408, e recebeu parecer favorável nº 7.275.652. Os documentos éticos encontram-se nos anexos. O tratamento dos depoimentos preservou o contexto das falas e sua vinculação aos objetivos do estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA E PARADIGMAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

A organização contemporânea da segurança pública brasileira conserva marcas do regime autoritário instaurado em 1964. A Doutrina de Segurança Nacional orientava a proteção do Estado contra o chamado inimigo interno e autorizava práticas de vigilância, repressão e suspensão de direitos. Crestani (2011) mostra que essa construção produziu uma fronteira política entre sujeitos considerados integrantes da ordem e grupos tratados como ameaça. Cruz et al. (2017) acrescentam que a militarização da questão social não desapareceu com a redemocratização, pois parte de seus procedimentos, valores e repertórios institucionais permaneceu nas políticas de controle da violência.

A Constituição Federal de 1988 modificou o fundamento jurídico do setor ao reconhecer a segurança como direito e responsabilidade pública. O artigo 144 estabelece que “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos” deve preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio (Brasil, 1988, art. 144). A norma desloca o centro de legitimidade da proteção do Estado para a proteção da sociedade. A mudança constitucional, contudo, não eliminou a estrutura policial segmentada nem as culturas organizacionais formadas sob a lógica da segurança nacional.

Freire (2009) identifica uma transição entre os paradigmas da segurança nacional, da segurança pública e da segurança cidadã. O primeiro prioriza a defesa do Estado e o combate ao inimigo. O segundo reconhece a criminalidade como problema público, mas mantém forte centralidade nas instituições policiais. O terceiro amplia o objeto da política ao incorporar prevenção, participação social, direitos humanos e ações integradas em educação, saúde, assistência, urbanismo e cultura. Essa evolução é relevante para o orçamento porque cada paradigma produz prioridades distintas. Estruturas orientadas ao confronto tendem a concentrar recursos em policiamento ostensivo, armas, viaturas e operações. Modelos de segurança cidadã demandam planejamento territorial, informação, prevenção social, investigação, perícia e avaliação.

Carvalho e Silva (2011) sustentam que a segurança pública brasileira passou a conviver com uma contradição: a Constituição ampliou direitos, enquanto o Estado fortaleceu mecanismos de controle sobre populações socialmente vulneráveis. Nessa leitura, a redução de

políticas de proteção social e a expansão de respostas penais podem aprofundar a criminalização da pobreza. O problema não reside apenas na quantidade de recursos destinada à segurança, mas na racionalidade que orienta sua aplicação e na definição dos grupos que recebem proteção ou coerção.

Sapori (2007) considera que a segurança deve ser tratada como política de Estado, com objetivos, coordenação e continuidade. A abordagem afasta respostas exclusivamente emergenciais e reforça a necessidade de combinar controle da criminalidade com prevenção e fortalecimento institucional. A gestão orçamentária, nessa perspectiva, precisa traduzir prioridades estáveis, metas verificáveis e mecanismos de responsabilização. Sem essa vinculação, o orçamento pode sustentar rotinas administrativas e operacionais sem alterar problemas estruturais.

A permanência de práticas autoritárias também afeta a avaliação de resultados. Uma política pode reduzir determinado indicador criminal e, ao mesmo tempo, ampliar violações de direitos. A literatura sobre democratização da segurança alerta que eficiência operacional não equivale a legitimidade democrática. O desempenho precisa ser avaliado por resultados, legalidade, proporcionalidade do uso da força, transparência e tratamento igualitário. Essa formulação sustenta a hipótese da pesquisa de que a redução dos homicídios não implica, de forma automática, redução da violência policial.

2.2 FEDERALISMO, DESENHO INSTITUCIONAL E COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL

O desenho constitucional distribui competências entre União, estados, Distrito Federal e municípios, mas concentra nos governos estaduais a responsabilidade cotidiana pelas Polícias Militar e Civil. A União mantém a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e funções de coordenação e financiamento. Os municípios ampliaram sua presença por meio de guardas, secretarias e programas preventivos. Essa divisão cria um sistema com múltiplos centros decisórios, diferentes fontes de recursos e capacidades administrativas desiguais.

Lima, Bueno e Mingardi (2016) observam que a redemocratização não foi acompanhada por uma reforma ampla das instituições policiais. A fragmentação entre policiamento ostensivo, investigação, perícia, sistema prisional e justiça criminal dificulta a definição de responsabilidades e a circulação de informações. Em termos orçamentários, a segmentação pode produzir duplicidade de estruturas, competição institucional, baixa interoperabilidade

tecnológica e investimentos que não formam uma cadeia coerente de prevenção, investigação e responsabilização.

Ballesteros (2014) analisa as dificuldades de coordenação das políticas de segurança e destaca que mecanismos como os Gabinetes de Gestão Integrada foram concebidos para aproximar União, estados, municípios e órgãos do sistema de justiça. A efetividade desses arranjos depende de diagnóstico compartilhado, planejamento, informação confiável, monitoramento e autoridade para coordenar instituições autônomas. Quando esses elementos não estão presentes, a integração permanece formal e os recursos financiam ações dispersas.

A criação do Sistema Único de Segurança Pública pela Lei nº 13.675/2018 procurou estabelecer princípios de integração, compartilhamento de dados, atuação sistêmica e avaliação. A norma representa avanço institucional, mas sua implementação depende de capacidades administrativas, pactuação federativa e padronização de informações. A existência de um sistema legal não garante que as despesas estaduais sejam classificadas de modo comparável, que os bancos de dados conversem entre si ou que as decisões orçamentárias sejam orientadas por evidências (Brasil, 2018).

Guimarães (2019) destaca o crescimento da atuação municipal em segurança, sobretudo em prevenção, ordenamento urbano, iluminação, políticas para juventude e proteção comunitária. Essa ampliação reforça a natureza intersetorial do problema. Os municípios, porém, apresentam capacidades fiscais e técnicas distintas. A participação municipal precisa ser articulada às responsabilidades estaduais e federais para evitar transferência informal de encargos sem financiamento adequado.

A coordenação é ainda mais necessária diante da expansão de organizações criminosas que operam em diferentes estados, no sistema prisional e em mercados ilícitos conectados. O crime organizado ultrapassa fronteiras administrativas, enquanto as instituições públicas permanecem organizadas por competências territoriais e corporativas. Assim, o resultado do gasto depende da capacidade de integrar inteligência, investigação financeira, polícia judiciária, administração penitenciária e cooperação interestadual.

O desenho institucional também condiciona a accountability. A dispersão de competências pode dificultar a identificação do órgão responsável por determinado resultado. Para fins de avaliação, é necessário relacionar cada despesa a um programa, uma unidade executora, uma meta e um indicador. A ausência dessa conexão enfraquece o controle social e permite que o debate público se concentre no volume agregado de recursos, sem examinar sua composição ou execução.

2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO, PLANEJAMENTO E RESPONSABILIDADE FISCAL

O orçamento público é um instrumento jurídico, político e gerencial. Ele autoriza receitas e despesas, expressa escolhas governamentais e organiza a implementação das políticas públicas. A Lei nº 4.320/1964 estabelece normas gerais de direito financeiro e estrutura categorias de receita, despesa e execução. A Constituição de 1988 consolidou o planejamento por meio do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Esses instrumentos devem articular objetivos de médio prazo, prioridades anuais e autorização de gastos (Brasil, 1964; Brasil, 1988).

A Lei de Responsabilidade Fiscal acrescentou regras de equilíbrio, transparência, limites e controle da gestão fiscal. Seu propósito não é apenas restringir despesas. A norma exige planejamento, compatibilidade entre metas e recursos, publicidade das informações e prevenção de riscos capazes de comprometer as contas públicas (Brasil, 2000). No campo da segurança, a responsabilidade fiscal precisa ser conciliada com a continuidade dos serviços, a manutenção de pessoal, os investimentos tecnológicos e a capacidade de responder a problemas sociais complexos.

A análise orçamentária deve distinguir dotação inicial, dotação atualizada, valor empenhado, valor liquidado e valor pago. A dotação representa autorização. O empenho reserva recursos para uma obrigação. A liquidação verifica o direito do credor após a entrega do bem ou serviço. O pagamento encerra financeiramente a despesa. Comparar anos ou programas sem identificar o estágio utilizado pode levar a interpretações equivocadas. Também é necessário separar despesas correntes, pessoal, custeio, investimentos e transferências.

Outro cuidado consiste em diferenciar receita vinculada ao órgão e despesa executada pela função segurança pública. O valor arrecadado não corresponde, de forma automática, ao montante efetivamente aplicado em policiamento, investigação ou prevenção. Para examinar prioridades, a unidade de análise deve indicar se o dado representa receita, dotação, execução ou pagamento e qual classificação funcional ou programática foi utilizada. Essa distinção é central para a presente dissertação, pois parte dos registros do arquivo original emprega as expressões arrecadação, investimento e gasto de modo não uniforme.

Howlett, Ramesh e Perl (2013) tratam a política pública como processo composto por definição de agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação. O orçamento atravessa todas essas etapas. Ele transforma prioridades em programas, condiciona a implementação e fornece base para verificar se os recursos produziram entregas e resultados. Uma análise restrita

ao valor total perde a relação entre problema público, desenho da intervenção e capacidade de execução.

Santos, Gontijo e Amaral (2015) demonstram que os gastos estaduais em segurança variam conforme fatores institucionais, fiscais e políticos. A despesa não responde apenas à incidência criminal. Ela é influenciada por estrutura de pessoal, decisões governamentais, rigidez orçamentária, capacidade de arrecadação e prioridades do ciclo político. Isso reduz a validade de explicações lineares nas quais mais violência gera mais gasto ou mais gasto produz, necessariamente, menos violência.

Kahn (1999) amplia o debate ao estimar custos econômicos e sociais associados à violência em São Paulo. O autor registra que “os custos da violência [...] atingem a cifra de 8 bilhões e 96 milhões de reais, ou cerca de 3% do PIB estadual” (Kahn, 1999, p. 47). O argumento demonstra que o custo público não se limita ao orçamento policial. Ele inclui perdas de produtividade, saúde, justiça, seguros, patrimônio e efeitos sobre a vida urbana. A eficiência do gasto em segurança precisa ser comparada ao custo social evitado e aos impactos produzidos em outras políticas.

Comparações temporais de séries monetárias exigem atenção às mudanças no poder de compra. Valores nominais registrados em anos distintos não são diretamente equivalentes em termos reais. Quando a análise mantém os montantes correntes, essa característica deve ser explicitada e as conclusões devem permanecer restritas ao comportamento nominal das séries, sem inferir crescimento real do gasto. Indicadores per capita ou relativos à receita podem ser empregados em estudos posteriores para explorar outras dimensões da escala orçamentária.

2.4 EFICIÊNCIA, EFICÁCIA, EFETIVIDADE E AVALIAÇÃO DO GASTO

A literatura de avaliação distingue eficiência, eficácia e efetividade. Eficiência corresponde à relação entre recursos empregados e produtos entregues. Eficácia examina o cumprimento de metas. Efetividade avalia mudanças sociais atribuíveis ou associadas à política. Uma polícia pode executar integralmente seu orçamento e adquirir equipamentos, alcançando eficácia administrativa, sem reduzir homicídios ou melhorar a confiança pública. Também pode produzir maior número de prisões com elevado custo e sem alterar a dinâmica dos mercados criminais.

Galdino (2014) e Schull, Feitosa e Hein (2014) aplicam instrumentos de análise de eficiência aos gastos em segurança pública e mostram que unidades com maior despesa não são, necessariamente, as que apresentam melhores resultados. Estudos dessa natureza

costumam relacionar insumos, como recursos financeiros e efetivo, a produtos ou resultados, como prisões, apreensões ou redução de crimes. A escolha das variáveis altera a classificação de desempenho e precisa ser teoricamente justificada.

Costa, Silva e Ferreira (2021) associam eficiência do gasto a instituições formais e à Lei de Responsabilidade Fiscal. A boa aplicação de recursos depende de regras, transparência, capacidade gerencial e mecanismos de controle. A eficiência não é atributo exclusivo do montante orçamentário. Ela decorre da combinação entre planejamento, pessoal qualificado, tecnologia, coordenação, integridade e avaliação.

A pesquisa adota a correlação de Pearson como procedimento exploratório para verificar a direção e a intensidade da associação linear entre séries anuais. Esse coeficiente não identifica causalidade. Uma correlação negativa entre gasto e homicídios pode refletir impacto da política, tendência temporal, mudanças demográficas, atuação de organizações criminosas, alterações legislativas, transformações econômicas ou outros fatores não observados. Field (2020) recomenda avaliar linearidade, valores extremos, tamanho da amostra e pressupostos antes de interpretar o coeficiente.

Em séries temporais curtas, dois problemas merecem atenção. O primeiro é a autocorrelação, pois o valor de um ano pode depender do ano anterior. O segundo é a tendência comum, capaz de produzir correlações elevadas entre variáveis que se movem ao longo do tempo sem relação causal direta. Por isso, a interpretação deve combinar estatística descritiva, análise de sensibilidade, literatura e evidências qualitativas.

A avaliação do gasto também deve considerar defasagens. Investimentos em formação, investigação, inteligência ou prevenção podem levar anos para produzir efeitos. Despesas emergenciais podem responder ao aumento da violência e gerar associação positiva entre gasto e crime, mesmo quando a política reduz parte do problema. A direção da causalidade, portanto, pode ser inversa: governos aumentam recursos porque a violência cresceu.

A triangulação metodológica contribui para enfrentar essas limitações. Os dados orçamentários indicam quanto e onde se registraram recursos. Os indicadores de violência mostram tendências de resultado. As entrevistas explicam mecanismos, prioridades, obstáculos e interpretações dos atores. O valor analítico surge da comparação entre essas fontes e não da substituição de uma pela outra.

2.5 HOMICÍDIOS, LETALIDADE POLICIAL E DINÂMICAS DO CRIME ORGANIZADO

O homicídio é um indicador central por representar a forma mais grave de violência e por apresentar menor subnotificação relativa do que delitos patrimoniais. Mesmo assim, o número absoluto de vítimas não esgota o conceito de segurança. Taxas por cem mil habitantes permitem comparação populacional, enquanto recortes territoriais, raciais, etários e de gênero mostram a distribuição desigual do risco. A análise precisa considerar também mortes decorrentes de intervenção policial e vitimização de profissionais da segurança.

Nóbrega Júnior (2011) discute a capacidade da segurança pública de controlar a violência homicida e destaca a necessidade de instituições capazes de produzir informação, investigação e coordenação. A redução sustentada depende de políticas que alcancem causas e mecanismos da violência, e não apenas de respostas reativas. Minayo (2006) trata a violência como problema social e de saúde pública, o que reforça seus efeitos sobre famílias, territórios, serviços e qualidade de vida.

A trajetória paulista de redução dos homicídios é objeto de interpretações concorrentes. Parte da literatura atribui importância ao aperfeiçoamento da gestão policial, à expansão de informações criminais, a mudanças demográficas, ao controle de armas e a políticas locais. Outra parte examina o papel do Primeiro Comando da Capital na regulação de conflitos nos mercados ilícitos. Dias (2009) descreve a transformação do PCC de uma organização marcada pela guerra interna para uma estrutura de gestão do crime, capaz de impor regras e reduzir determinadas disputas.

A presença de uma facção dominante pode reduzir conflitos entre grupos sem representar melhoria legítima da governança pública. Uma queda de homicídios associada à regulação criminal não equivale ao fortalecimento do Estado de Direito. A análise orçamentária deve evitar atribuir ao gasto público resultados que também podem decorrer de mudanças nos mercados ilegais, pactos informais, migração da violência ou transformação das práticas criminais.

Bueno, Lima e Teixeira (2019) mostram uma contradição relevante em São Paulo: a queda dos homicídios não foi acompanhada, no mesmo ritmo, por redução das mortes produzidas por intervenções policiais. Os autores registram que “essa redução [...] não foi acompanhada dos números de mortes em decorrência de intervenções policiais” (Bueno; Lima; Teixeira, 2019, p. 784). O achado reforça que diferentes indicadores podem caminhar em direções opostas e que o desempenho da política não deve ser medido por um único resultado.

A letalidade policial envolve doutrina de uso da força, supervisão, investigação de ocorrências, formação, cultura organizacional e controles interno e externo. Gastos em policiamento ostensivo podem produzir efeitos distintos conforme protocolos, comando, transparência e responsabilização. Por essa razão, a trajetória dos homicídios deve ser interpretada em conjunto com outros indicadores de desempenho e legitimidade da política, sem pressupor que a redução da violência letal represente melhora automática em todas as suas dimensões.

O crime organizado acrescenta outra camada ao problema. Facções atuam no sistema prisional, no tráfico de drogas, em roubos, lavagem de dinheiro e controle territorial. O enfrentamento exige inteligência, investigação financeira, integração de bancos de dados e cooperação entre instituições. Operações de confronto podem gerar alto custo e elevada letalidade sem alterar as estruturas econômicas das organizações. A composição do gasto é, por isso, tão importante quanto seu valor total.

2.6 SÍNTESE DO MARCO ANALÍTICO E LACUNA DE PESQUISA

A revisão permite formular um marco analítico no qual os resultados da segurança pública dependem de quatro conjuntos de fatores. O primeiro reúne recursos financeiros e sua composição. O segundo envolve capacidades estatais, como planejamento, pessoal, tecnologia, investigação e coordenação. O terceiro corresponde ao desenho institucional, às regras de responsabilidade fiscal e aos mecanismos de controle. O quarto abrange o contexto social e criminal, incluindo desigualdade, mercado de trabalho, dinâmica das facções, disponibilidade de armas e características territoriais.

Nesse modelo, o orçamento funciona como condição necessária para a ação estatal, mas não como causa suficiente dos resultados. Recursos podem ampliar capacidades quando são executados em programas coerentes, com metas, integração e avaliação. Podem produzir baixo retorno quando absorvidos por estruturas rígidas, ações fragmentadas ou estratégias de confronto sem capacidade investigativa. Essa formulação orienta a leitura dos dados de São Paulo entre 2012 e 2022.

A literatura examinada apresenta análises históricas, estudos nacionais, comparações entre estados e avaliações de aspectos específicos do gasto. Permanece espaço para estudos que integrem, em uma mesma investigação, a trajetória orçamentária paulista, os homicídios, a violência policial, variáveis socioeconômicas e a percepção de especialistas. A contribuição da

dissertação reside nessa articulação e na explicitação dos limites de uma leitura exclusivamente financeira.

A hipótese de que maior investimento se associa à redução dos homicídios, mas não necessariamente à diminuição da violência policial, deve ser tratada como proposição empírica e não como premissa. A análise precisa verificar direção, intensidade, consistência temporal e plausibilidade dos mecanismos. Resultados estatísticos serão interpretados à luz das entrevistas e da literatura, com atenção às limitações da base, ao pequeno número de observações e à ausência de controle de todas as variáveis relevantes.

3 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS E RESULTADOS EXPLORATÓRIOS

3.1 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

A análise foi delimitada às evidências documentais, orçamentárias, estatísticas e bibliográficas reunidas na dissertação. O desenho desta etapa é quantitativo, de natureza descritiva e exploratória, com apoio interpretativo da literatura de políticas públicas, segurança pública e orçamento público. O recorte temporal compreende os anos de 2012 a 2022, e o recorte espacial corresponde ao Estado de São Paulo. O objetivo consiste em examinar a evolução das séries, identificar associações lineares e avaliar em que medida os resultados são compatíveis com a hipótese da pesquisa.

O procedimento analítico não equipara correlação a causalidade. Em políticas públicas, indicadores sociais resultam de mecanismos institucionais, econômicos, demográficos e territoriais que podem atuar simultaneamente. Por essa razão, os coeficientes foram tratados como medidas de associação, sem atribuir à alteração de uma despesa efeito isolado sobre os homicídios. O desenho observacional não permite uma inferência causal robusta.

3.1.1 Delineamento, unidade de análise e recorte

A unidade de análise é o ano-calendário. Para cada variável, foram organizados dados anuais de 2012 a 2022. A variável de resultado corresponde ao número de homicídios registrado na série adotada pela dissertação. As variáveis explicativas ou contextuais são os valores empenhados associados ao policiamento, os valores empenhados vinculados à investigação policial e a taxa de desocupação no Estado de São Paulo.

A delimitação temporal buscou garantir compatibilidade entre as bases empregadas. O início em 2012 acompanha a série histórica da PNAD Contínua utilizada na pesquisa (IBGE, [s. d.]), enquanto 2022 corresponde ao limite da série consolidada de homicídios adotada na construção da base (Cerqueira; Bueno, 2024). O período permite observar mudanças de médio prazo, embora a extensão da série recomende cautela à inferência estatística.

3.1.2 Fontes, corpus documental e delimitação das variáveis

As séries orçamentárias foram compiladas a partir de consultas realizadas diretamente pela pesquisadora nos sistemas da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, especialmente o SIGEO (São Paulo (Estado), [s. d.]). Para policiamento e investigação policial foram considerados os valores empenhados. A série anual de homicídios foi vinculada

ao Atlas da Violência 2024 (Cerqueira; Bueno, 2024), e a taxa de desocupação foi vinculada à PNAD Contínua (IBGE, [s. d.]). A pesquisa também incorporou legislação orçamentária e bibliografia de políticas públicas, segurança pública e avaliação para interpretar os resultados.

A Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 orientam a leitura do orçamento como processo jurídico, político e administrativo (Brasil, 1964, 2000). A análise distingue autorização, empenho, liquidação e pagamento, uma vez que cada estágio representa uma dimensão própria da execução. Nesta dissertação, as séries selecionadas correspondem ao estágio do empenho. Por essa razão, a redação prioriza as expressões valores empenhados, despesas empenhadas ou valores orçamentários empenhados, evitando equipará-los automaticamente a pagamentos ou a investimentos efetivamente executados.

Os montantes foram analisados em valores nominais. Assim, as variações registradas ao longo do período expressam mudanças monetárias nas despesas empenhadas e não devem ser interpretadas como medida de crescimento real do poder de compra dos recursos. Essa característica delimita a comparação intertemporal e é considerada na interpretação dos resultados.

Quadro 1 - Operacionalização das variáveis quantitativas

Dimensão	Variável	Unidade	Função analítica
Violência letal	Número anual de homicídios	Ocorrências por ano	Indicador de resultado
Policimento	Valores empenhados anuais associados ao policiamento	Reais, valores nominais	Associação com homicídios
Investigação	Valores empenhados anuais associados à investigação policial	Reais, valores nominais	Associação com homicídios
Contexto econômico	Taxa anual de desocupação	Percentual	Variável contextual comparativa

Fonte: elaborada pela autora com base nas séries reunidas na dissertação.

3.1.3 Preparação e análise descritiva dos dados

A preparação incluiu a conferência da correspondência entre anos, a padronização dos separadores decimais, a conversão dos valores monetários para formato numérico e a verificação de observações ausentes. Em seguida, foram calculados valores mínimos, máximos, variações absolutas, variações percentuais e direção predominante das séries. A etapa descritiva antecedeu a correlação para impedir que um único coeficiente substituísse a leitura substantiva dos dados.

Também foram identificados anos de inflexão e oscilações relevantes. A série de homicídios apresentou tendência predominante de queda, com aumentos pontuais. As séries orçamentárias oscilaram de forma mais intensa e não seguiram trajetória linear. A taxa de desocupação cresceu durante parte do período e recuou em 2022. A comparação visual e

descritiva indicou que as variáveis compartilham tendências de longo prazo, aspecto considerado nas análises de sensibilidade.

3.1.4 Coeficiente de correlação de Pearson

O coeficiente de correlação de Pearson foi empregado para medir a direção e a intensidade da relação linear entre duas variáveis quantitativas. O coeficiente varia de -1 a +1. Valores negativos indicam movimentos em direções opostas e valores positivos indicam movimentos na mesma direção. Conforme Dancey e Reidy (2019), a magnitude do coeficiente pode ser classificada de modo aproximado, mas os pontos de corte funcionam apenas como referência e devem ser interpretados à luz do objeto, do tamanho da amostra e da distribuição dos dados.

Foram calculadas três correlações principais: valores empenhados associados ao policiamento e homicídios; valores empenhados associados à investigação policial e homicídios; taxa de desocupação e homicídios. Os valores de p foram apresentados como diagnóstico complementar. Field (2020) ressalta que a interpretação de Pearson depende da linearidade, da ausência de valores extremos influentes e da adequação das variáveis. Nesta pesquisa, a extensão reduzida da série e a dependência temporal exigem leitura cautelosa dos coeficientes.

3.1.5 Análise de sensibilidade e limites de inferência

Como séries temporais podem apresentar correlação elevada apenas porque variam ao longo do tempo, foi realizada uma análise de sensibilidade por primeiras diferenças. O procedimento substitui os níveis anuais pela variação de um ano em relação ao anterior e verifica se as mudanças anuais de uma variável acompanham as mudanças anuais da outra. Essa estratégia reduz parte do efeito de tendências comuns, embora não elimine autocorrelação, defasagens ou variáveis omitidas.

Não foram estimados modelos multivariados porque o número de observações é insuficiente para acomodar vários parâmetros com estabilidade. A inclusão simultânea de tendência temporal, taxa de desocupação, policiamento, investigação e outros controles consumiria graus de liberdade e aumentaria o risco de sobreajuste. Optou-se, portanto, por preservar a transparência do desenho exploratório, apresentar análises de sensibilidade e limitar as conclusões ao alcance das séries disponíveis.

As principais limitações quantitativas decorrem do uso de valores nominais, do emprego de números absolutos de homicídios, da série restrita a onze observações anuais, da ausência

de controles suficientes para todos os fatores potencialmente associados à violência e da possível dependência serial entre os anos. Soma-se a essas limitações a ausência de registros detalhados de todas as etapas, filtros e telas percorridos durante a consulta aos sistemas orçamentários. Essa restrição documental impede a reconstrução integral do caminho de extração, embora estejam identificados a instituição responsável pela fonte, o período analisado, a natureza das séries e o estágio orçamentário do empenho.

3.2 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DAS SÉRIES

Os resultados decorrem das séries documentais organizadas para o período de 2012 a 2022 e permitem descrever a direção das mudanças, comparar o comportamento das variáveis e avaliar a estabilidade inicial das associações. A interpretação permanece restrita ao alcance do desenho exploratório, sem equiparar correlação a causalidade ou aumento nominal das despesas a maior eficácia da política.

3.2.1 Trajetória dos homicídios entre 2012 e 2022

O número de homicídios registrado na base da pesquisa passou de 6.566, em 2012, para 3.212, em 2022. A redução acumulada foi de 51,1%. O menor valor da série ocorreu em 2021, com 3.094 registros. A trajetória foi predominantemente descendente, embora tenham ocorrido aumentos em 2014, 2020 e 2022.

A queda é compatível com a literatura que identifica redução da violência letal em São Paulo, mas não autoriza atribuir o resultado a um único fator. Dias (2009), Nóbrega Júnior (2011) e Bueno, Lima e Teixeira (2019) discutem mecanismos distintos, entre eles transformações nos mercados criminais, mudanças na gestão policial, políticas locais, dinâmica demográfica e capacidade institucional. Nesse contexto, a variável orçamentária é tratada como parte de uma estrutura explicativa mais ampla.

3.2.2 Evolução dos valores empenhados

A série associada ao policiamento passou de R\$ 32.148.241,33, em 2012, para R\$ 270.669.791,25, em 2022. O crescimento nominal acumulado foi de 741,9%, e o maior valor ocorreu em 2021, com R\$ 429.390.222,98. A série associada à investigação policial passou de aproximadamente R\$ 8,1 milhões para R\$ 46,7 milhões, crescimento nominal de cerca de 480,0%, com o maior registro em 2022.

As duas séries apresentam oscilação anual expressiva. Como os valores são nominais, seu crescimento não equivale, por si só, à expansão real da capacidade estatal. Além disso, o empenho registra uma etapa da execução da despesa, mas não informa isoladamente a qualidade da alocação, as entregas realizadas ou os resultados produzidos. Em políticas públicas, a leitura do volume financeiro deve ser articulada a metas, produtos, cobertura, capacidade institucional e resultados.

3.2.3 Correlações entre homicídios, policiamento, investigação e taxa de desocupação

A correlação entre os valores empenhados associados ao policiamento e o número de homicídios foi negativa, com $r = -0,671$. A magnitude indica associação inversa moderada a forte: nos anos em que os valores empenhados para policiamento foram maiores, o número de homicídios tendeu a ser menor. A correlação entre os valores empenhados associados à investigação policial e os homicídios também foi negativa, com $r = -0,586$. A relação entre a taxa de desocupação e os homicídios apresentou $r = -0,764$.

Os coeficientes calculados sobre as séries em nível não demonstram efeito causal. A associação negativa entre taxa de desocupação e homicídios, por exemplo, contrasta com explicações lineares que relacionam a deterioração imediata do mercado de trabalho ao aumento da violência. O resultado pode refletir tendências temporais distintas, defasagens, mudanças demográficas, políticas específicas ou variáveis não observadas. Por isso, o sinal do coeficiente deve ser interpretado em conjunto com o suporte teórico e institucional.

Na análise por primeiras diferenças, a associação entre a variação anual dos valores empenhados associados ao policiamento e a variação anual dos homicídios foi próxima de zero, com $r = 0,039$. Para a investigação policial, o coeficiente foi $r = 0,124$. A relação entre a variação da taxa de desocupação e a variação dos homicídios foi $r = -0,446$. A redução da magnitude nas séries orçamentárias sugere que parte da correlação observada em nível decorre de tendências de longo prazo, e não de mudanças anuais sincronizadas.

Os valores de significância das correlações em nível foram $p = 0,024$ para policiamento, $p = 0,058$ para investigação policial e $p = 0,006$ para taxa de desocupação. Esses resultados exigem prudência. A amostra reduzida e a dependência temporal limitam a força inferencial dos testes, e a significância estatística não substitui a adequação do modelo, a qualidade da mensuração ou a plausibilidade substantiva (Field, 2020).

Tabela 1 - Síntese das correlações e da análise de sensibilidade

Relação analisada	r em níveis		r em primeiras diferenças	Leitura metodológica
Policimento × homicídios	0,671 ⁻	,024	0,039	Associação inversa em níveis, sem correspondência nas variações anuais
Investigação × homicídios	0,586 ⁻	,058	0,124	Associação inversa moderada, com elevada incerteza
Taxa de desocupação × homicídios	0,764 ⁻	,006	-0,446	Associação inversa forte em níveis, insuficiente para inferência causal

Fonte: cálculos elaborados pela autora com base nas séries reunidas na dissertação. Nota: n = 11 nas correlações em níveis e n = 10 nas primeiras diferenças.

3.2.4 Avaliação da hipótese na análise exploratória

A hipótese recebe apoio parcial. As correlações calculadas com as séries em nível mostram associação inversa entre os valores de policiamento, os valores de investigação e o número de homicídios. Contudo, a análise por primeiras diferenças reduz substancialmente essa relação. Dessa forma, o resultado mais defensável é a existência de uma associação temporal entre as séries, e não a afirmação de que o aumento anual dos recursos provocou a redução anual dos homicídios.

A literatura sobre letalidade policial permanece como elemento contextual para a interpretação do período, mas a pesquisa não construiu uma série anual homogênea submetida aos mesmos testes aplicados às demais variáveis. Por esse motivo, as referências à violência policial são tratadas qualitativamente e não constituem resultado estatístico equivalente às correlações apresentadas para homicídios, policiamento, investigação e taxa de desocupação.

Os resultados afastam uma interpretação automática do orçamento. A disponibilidade de recursos integra a capacidade estatal, mas seus efeitos dependem da formulação da política, da composição das despesas, do estágio de execução, da coordenação institucional, da capacidade investigativa, da prevenção e dos mecanismos de monitoramento e avaliação. A contribuição da análise está em problematizar a relação entre volume financeiro e resultado social dentro dos limites do desenho empírico adotado.

3.2.5 Síntese analítica

A análise exploratória produz três resultados principais. O primeiro é a redução expressiva do número de homicídios no período. O segundo é a elevação nominal das séries orçamentárias selecionadas, acompanhada por oscilações anuais relevantes. O terceiro é a perda de força das associações entre as séries orçamentárias e os homicídios quando são consideradas as variações anuais e o controle da tendência temporal.

A resposta ao problema de pesquisa deve, portanto, evitar duas simplificações: afirmar que o orçamento não possui relação com os resultados ou afirmar que o aumento dos recursos explica, por si só, a queda dos homicídios. Os dados sustentam uma posição intermediária e metodologicamente mais consistente. O financiamento integra a capacidade estatal, mas seus efeitos são mediados pelo desenho da política, pela gestão, pelas prioridades, pela execução e pelo contexto social e criminal.

3.3 ENTREVISTAS COM ESPECIALISTAS

A seleção dos participantes foi intencional e orientada pela trajetória acadêmica, profissional e institucional relacionada à segurança pública. Antes dos convites, foram considerados Currículo Lattes, produção científica, livros, pesquisas, atuação profissional, participação institucional e manifestações públicas dos especialistas sobre temas vinculados à área. Alguns participantes já eram conhecidos pela pesquisadora por sua produção ou atuação pública; outros foram identificados durante a busca por pesquisadores e profissionais ligados ao objeto. O contato inicial ocorreu principalmente por correio eletrônico. Um especialista adicional foi convidado, mas não respondeu ao contato. Os agendamentos dos participantes que aceitaram o convite ocorreram por e-mail ou WhatsApp.

As seis entrevistas foram realizadas remotamente, por meio do Google Meet, entre maio e agosto de 2025, com duração aproximada de trinta minutos a duas horas. Antes dos encontros, os participantes receberam informações sobre o tema da dissertação e estavam cientes do assunto a ser discutido. As entrevistas foram gravadas mediante autorização. Havia um roteiro orientador previamente elaborado, de caráter semiestruturado, com questões sobre alocação de recursos, formação profissional, atuação institucional do Estado e das forças policiais, investigação, crime organizado, estrutura das organizações policiais, saúde mental e desafios políticos e acadêmicos relacionados à segurança pública. O roteiro não funcionou como questionário fechado: a ordem, a extensão e o aprofundamento das questões variaram conforme o desenvolvimento de cada conversa.

As gravações serviram de base para a preparação do material textual. Inicialmente, foi obtida transcrição automática, posteriormente revisada pela pesquisadora mediante nova escuta das gravações e consulta às anotações produzidas durante e após os encontros. Na revisão foram retirados vícios de linguagem, repetições, interrupções e outros elementos próprios da oralidade. Algumas respostas foram reorganizadas para favorecer a clareza, preservando-se seu conteúdo substantivo. Por essa razão, o material apresentado deve ser compreendido como

registro textual revisado das entrevistas, e não como reprodução fonética ou transcrição literal integral.

O tratamento qualitativo teve caráter interpretativo e complementar à análise quantitativa. Não foi realizada classificação sistemática das falas em categorias previamente codificadas, nem se buscou medir concordância entre os participantes. As respostas foram examinadas segundo sua contribuição para a discussão sobre gestão da segurança pública, distribuição de recursos, capacidade institucional, formação profissional, estrutura das organizações policiais, investigação, crime organizado, planejamento e condições de trabalho. Como limitações, reconhece-se que o roteiro não foi aplicado de forma idêntica a todos os participantes e que algumas perguntas foram precedidas por contextualizações da pesquisadora, circunstância capaz de influenciar parcialmente o direcionamento das respostas. Esses aspectos foram considerados na interpretação do material e restringem comparações diretas entre as entrevistas.

3.3.1 Entrevista 1

Perfil da pessoa entrevistada: Delegado e ex-superintendente da Polícia Federal.

Entrevistadora: Há uma carência de profissionais com formação em Administração Pública na gestão de cargos e atividades administrativas das instituições policiais.

Entrevistado: Faltam critérios administrativos na gestão das instituições policiais. Fui superintendente durante dez anos e percebi que se conduz uma estrutura administrativa de grande porte sem formação específica. Eu sentia falta de um administrador, pois minha área era a investigação e eu precisava deslocar policiais para atividades logísticas e administrativas. Há deficiência na gestão dos recursos policiais. Os recursos são escassos e estão longe do ideal, mas também não são empregados da forma mais eficiente possível, em razão de limitações de gestão e de autonomia dos gestores. Um aspecto importante para o trabalho é o uso de tecnologia. Há algum tempo, conheci uma ferramenta de inteligência artificial chamada Watson, voltada à área policial. Ela permitia integrar textos, fotografias, áudios e bancos de dados para realizar cruzamentos de informações. Isso ampliaria muito a capacidade de trabalho dos policiais, especialmente em planilhas, análises de extratos e investigações de crimes financeiros. Crimes relacionados a drogas e ao meio ambiente, por exemplo, frequentemente resultam em lavagem de dinheiro. Para identificar essas operações, é necessário empregar inteligência artificial. Tentei implementar a ferramenta, mas houve objeções relacionadas à quebra de sigilo e ao possível acesso das empresas aos dados. A polícia decidiu criar um sistema

próprio, que não funcionou adequadamente, e depois desenvolveu outro sistema para organizar inquéritos. Poderiam ter sido adquiridas soluções já existentes em outras organizações. Desenvolver sistemas não constitui a atividade principal da polícia.

Entrevistadora: E quanto à gestão dos recursos financeiros?

Entrevistado: Há um problema de administração dos recursos, mas também é necessária sustentação jurídica para assegurar independência funcional. Outro ponto que precisa ser revisto é o currículo das academias de polícia. É necessário incluir Sociologia, para compreender os fatores sociais relacionados ao crime, e fortalecer o estudo da Criminologia. É preciso rever a base da formação policial.

Entrevistadora: Qual é sua avaliação sobre os gastos com segurança pública?

Entrevistado: Nunca alguém da Administração Pública havia me convidado para uma entrevista. Fico satisfeito, pois ainda existem poucos trabalhos nessa área. Em uma pós-graduação em Segurança Pública, um colega apresentou um estudo sobre os gastos do sistema de justiça e da execução penal. Considerando, de forma geral, o percurso que envolve polícia, Ministério Público e Judiciário, ele comparou os recursos destinados a essas instituições. Pelo que me recordo, o Judiciário, sozinho, recebia mais recursos do que as Polícias Militar e Civil somadas. Essa comparação suscita questões sobre a distribuição dos recursos e sobre o tipo de estrutura policial que se pretende manter.

3.3.2 Entrevista 2

Perfil da pessoa entrevistada: Socióloga e presidente de honra do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Entrevistadora: Um investimento maior em policiamento melhora a vida da população e dos próprios policiais?

Entrevistada: A segurança pública e seu orçamento precisam ser compreendidos de forma mais abrangente. Quando se observam as estatísticas de homicídios e de violência ao longo dos anos, percebe-se que o dinheiro previsto não tem produzido, por si só, uma política de segurança pública eficaz e respeitosa. O recurso não é bem gasto. No Rio de Janeiro, por exemplo, pesquisas indicam que o orçamento destinado às polícias é superior ao de áreas como educação e saúde, enquanto os indicadores de violência continuam elevados.

Entrevistadora: A unificação das Polícias Civil e Militar, discutida inclusive durante o governo Fernando Henrique Cardoso, seria possível no Brasil? Que efeitos essa mudança teria sobre o orçamento do setor?

Entrevistada: Independentemente da questão orçamentária, uma atuação conjunta, com dados unificados e operações integradas, representaria um avanço. Porém, considero essa mudança pouco viável no momento. As culturas institucionais das duas polícias são muito diferentes e as relações de poder tornam a unificação difícil.

Entrevistadora: Existe algum montante reservado ao cuidado da saúde mental dos profissionais da segurança pública?

Entrevistada: Os dados sobre saúde mental não são suficientemente claros, e o número de suicídios entre policiais tem crescido. No último encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, realizado em Pernambuco, houve várias mesas com especialistas dedicadas ao tema. Trata-se de um problema grave. O trabalho policial, especialmente o das Polícias Militares em operações em favelas, é marcado por tensão e produz impactos importantes sobre a saúde mental dos profissionais.

Entrevistadora: A segurança pública ainda recebe pouca atenção da academia e dos atores políticos, apesar de seus problemas institucionais. Quais fatores ajudam a explicar essa situação?

Entrevistada: Em comparação com vinte anos atrás, o estudo da segurança pública cresceu no meio acadêmico. Quando trabalhei na Fundação Ford, entre 1997 e 2003, apoiando projetos na área, a participação das universidades era reduzida. Havia razões históricas para isso, pois, durante a ditadura, universidades e polícias se encontravam em campos opostos. Desde então, pesquisadores pioneiros contribuíram para a consolidação do campo. As publicações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, da Revista Brasileira de Segurança Pública e de outros periódicos, além dos encontros anuais, demonstram a ampliação dos estudos sobre o tema.

Entrevistadora: Diante do domínio de organizações criminosas em diferentes setores da sociedade e no sistema prisional, qual é o papel da segurança pública no controle das facções?

Entrevistada: Esse é um problema grave e complexo. Bruno Paes Manso e Camila Dias desenvolveram trabalhos importantes, em conjunto e separadamente. O pesquisador Benjamin Lessing também estuda as facções para além de São Paulo. O PCC e o Comando Vermelho atuam em diferentes estados, e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública tem dedicado mesas e

pesquisas ao crime organizado. A situação do Rio de Janeiro é especialmente complexa, tanto pelo envolvimento de agentes policiais quanto pela presença das milícias.

Entrevistadora: Qual é sua avaliação sobre as milícias?

Entrevistada: As milícias resultam da incapacidade estatal, da corrupção de agentes policiais e do envolvimento desses grupos com o tráfico de drogas. Elas se expandiram para além do Rio de Janeiro e estão presentes em outras partes do país. O crescimento nacional das milícias também tem sido objeto de pesquisa.

Entrevistadora: É possível afirmar que os investimentos realizados entre 2012 e 2022 contribuíram para reduzir o crime organizado?

Entrevistada: Nos primeiros anos, pode ter havido algum efeito, mas, considerando todo o período, eu diria que não. Nos anos mais recentes, a violência e as violações cometidas por agentes policiais cresceram. A análise do orçamento deve ser abrangente e incluir suas relações com políticas de educação, saúde e justiça. A pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, intitulada “Quanto custa a proibição?” mostra que não se pode considerar apenas o orçamento da segurança pública. Também é necessário avaliar as perdas impostas à educação e à saúde, especialmente nas favelas, e os custos do sistema de justiça para processar e condenar pessoas.

3.3.3 Entrevista 3

Perfil da pessoa entrevistada: Pesquisador integrante do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, NEV-USP.

Entrevistadora: Qual é o papel do Estado e da Secretaria de Segurança Pública na atuação das Polícias Militar, Civil e Rodoviária?

Entrevistado: O artigo 144 da Constituição Federal define a distribuição de responsabilidades na política de segurança pública. Os governos estaduais são responsáveis pelas Polícias Militar e Civil. O governo federal responde pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal. Os municípios podem criar Guardas Civis. O modelo está organizado nas 27 unidades da Federação. A Polícia Militar realiza o patrulhamento ostensivo e, muitas vezes, a prisão em flagrante. A Polícia Civil é responsável pela investigação. Também participam desse campo as Justiças estaduais, os Ministérios Públicos, as Defensorias e, nos crimes federais, a Justiça e o Ministério Público Federal. O principal debate atual decorre da expansão nacional do crime organizado. Os estados, isoladamente, não conseguem enfrentar um fenômeno que ultrapassa

suas fronteiras. Por isso, discute-se o papel da União, a articulação entre os estados e o compartilhamento de inteligência entre polícias, Ministérios Públicos e órgãos especializados. O crime opera nacionalmente, enquanto o Estado permanece compartimentado.

Entrevistadora: A unificação das Polícias Civil e Militar, discutida inclusive durante o governo Fernando Henrique Cardoso, seria possível no Brasil? Que efeitos essa mudança teria sobre o orçamento do setor?

Entrevistado: Essa é uma discussão antiga, anterior à Constituição Federal, e está relacionada ao modelo de polícia de ciclo completo, que reuniria patrulhamento ostensivo e investigação. Atualmente, as duas polícias realizam etapas distintas. A Polícia Militar atua nas ruas, realiza prisões em flagrante e enfrenta situações de maior risco. Depois, entrega a pessoa presa à Polícia Civil, que é vista por parte da tropa como uma instituição rival, ineficiente ou corrupta. Essa desconfiança pode alimentar a percepção de que a prisão não produzirá resultados e, em casos extremos, favorecer práticas de justiça pelas próprias mãos. Em uma polícia de ciclo completo, a prisão seria apenas o início de uma investigação voltada a compreender a estrutura do mercado criminal e a atuar estrategicamente. A divisão institucional gera problemas quando uma corporação não confia na outra. Ao mesmo tempo, ambas possuem influência política e resistem a mudanças. O debate ocorreu no governo Fernando Henrique Cardoso, mas as duas corporações reagiram defensivamente. Diante dessa resistência, talvez seja necessário repensar a governança e definir formas mais inteligentes de coordenação entre as Polícias Civil e Militar, mesmo que ambas continuem existindo.

Entrevistadora: A formação policial e a matriz curricular precisam ser revistas?

Entrevistado: Não conheço profundamente o tema, mas há diferenças importantes. Os concursos para investigador e delegado não exigem uma formação policial prévia, embora o cargo de delegado exija graduação em Direito. Na Polícia Militar, existe a Academia do Barro Branco para oficiais e formações mais curtas para praças e sargentos. Apesar disso, grande parte do aprendizado ocorre no cotidiano, junto à tropa, nos distritos e nas delegacias especializadas. A cultura de trabalho tende a determinar mais a prática do que o conteúdo ensinado nas escolas. Há policiais que recebem muitas aulas de Direitos Humanos, mas, ao ingressarem na rotina institucional, aprendem com colegas que reproduzem práticas consolidadas ao longo de décadas. Em determinados grupos, o policial que adota uma postura mais violenta é valorizado, enquanto aquele que tenta seguir estritamente os procedimentos pode ser ridicularizado ou isolado. A cultura da tropa e do local de trabalho pode ser mais determinante do que a formação formal.

Entrevistadora: Existe algum montante reservado ao cuidado da saúde mental dos profissionais da segurança pública?

Entrevistado: Dados de 2022 indicavam que houve mais suicídios de policiais militares do que mortes em serviço. Esse quadro se relaciona à cultura da tropa e do trabalho. Nas Polícias Militar e Civil, há práticas e valores consolidados há muitos anos, como a lógica da guerra ao crime. O profissional que discorda desse modelo pode buscar funções administrativas ou outros caminhos para evitar o trabalho operacional. Também pode ser transferido de posto, município ou bairro. Ao trabalhar com grupos da linha de frente, pode sofrer desvalorização e, ao mesmo tempo, sentir que não pode se opor aos colegas sem comprometer sua trajetória na corporação. Esses conflitos de valores se somam à exposição à violência e à insuficiência dos serviços de cuidado, contribuindo para crises pessoais e para o elevado número de suicídios.

Entrevistadora: Quais são as principais causas dos homicídios no Brasil e quais estratégias podem reduzir esses números?

Entrevistado: O Brasil possui um número muito elevado de homicídios, embora não enfrente guerra civil ou conflitos étnicos e religiosos de grande escala. As mortes cresceram intensamente no Sudeste a partir dos anos 1980 e diminuíram na região a partir dos anos 2000, enquanto aumentaram no Norte e no Nordeste. Atualmente, São Paulo e Rio de Janeiro não apresentam as maiores taxas proporcionais do país. Muitos homicídios estão ligados a disputas econômicas, territoriais e de poder nos mercados criminais. Em São Paulo, o PCC consolidou uma forma de governança do crime que reduziu conflitos internos e tornou o mercado criminal menos violento. Em estados do Norte e do Nordeste, a presença de facções rivais, grupos regionais, Comando Vermelho e PCC produz disputas mais intensas e mais assassinatos. Assim, os homicídios se relacionam ao equilíbrio ou ao desequilíbrio dos mercados criminais. Quanto maior a rivalidade entre grupos, maior tende a ser a quantidade de homicídios. Quando há regulação por uma facção dominante ou acordos entre grupos, a violência letal pode diminuir, embora isso não represente uma solução legítima de política pública.

3.3.4 Entrevista 4

Perfil da pessoa entrevistada: Socióloga, ex-diretora do Departamento do Sistema Penitenciário e ex-ouvidora de polícia do Estado do Rio de Janeiro. Diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes.

Entrevistadora: A senhora poderia apresentar um breve histórico da segurança pública no Brasil ou no Estado de São Paulo?

Entrevistada: São Paulo já viveu um período de maior preocupação com a formação policial e com o estabelecimento de metas. Apesar dos problemas existentes, havia esforços para controlar a legalidade da atuação policial e planejar minimamente a segurança pública. Recordo uma visita à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, quando Túlio Kahn coordenava a área de bancos de dados e estatísticas. Naquele momento, impressionava a seriedade do trabalho. Essa estrutura foi sendo desmantelada ao longo do tempo. Considero que a situação começou a se deteriorar a partir da gestão de João Doria e se agravou nos anos seguintes. A polícia paulista passou a se destacar pela letalidade, tema que antes não aparecia com a mesma intensidade no estado. Após a eleição de Tarcísio de Freitas, esse problema ganhou maior dimensão. Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia concentram parcela expressiva das mortes decorrentes de intervenções policiais. Esses estados não apresentam uma política de segurança pública estruturada, mas uma política de confronto, implementada como se fosse capaz de produzir mais segurança para a população.

Entrevistadora: É possível afirmar que os investimentos realizados entre 2012 e 2022 contribuíram para reduzir o crime organizado?

Entrevistada: Não. A tabela apresenta o total arrecadado, mas não mostra como os recursos foram gastos. As polícias adotaram uma política de confronto baseada em operações muito custosas, que podem durar dias. Muitas corporações não conseguem informar quantas operações realizaram ou quanto essas estratégias custaram. Grande parte dos recursos não é destinada à prevenção, à investigação ou a formas mais inteligentes de enfrentar o tráfico de drogas. As operações violentas atingem pessoas que atuam no pequeno varejo de drogas, policiais, moradores e crianças. Ninguém ganha com essa estratégia. Há a percepção, especialmente entre parcelas da classe média, de que operações em favelas produzem proteção para áreas privilegiadas, mas uma polícia orientada pelo confronto não é uma polícia inteligente. Esse modelo também compromete a investigação. A afirmação de que a polícia prende e a Justiça solta se tornou um mantra. Casos bem investigados e instruídos tendem a produzir responsabilização. O problema é que a polícia investiga pouco. Estima-se que apenas uma pequena parcela dos homicídios seja esclarecida. Em muitos locais, faltam estrutura, materiais e formação para a polícia técnico-científica. A Polícia Federal é a instituição mais aparelhada nessa área. O país tenta atribuir o problema ao tráfico de drogas ou à criminalidade de rua, sem enfrentar a ausência de políticas de segurança pública e a baixa capacidade investigativa.

Entrevistadora: A unificação das Polícias Civil e Militar, discutida inclusive durante o governo Fernando Henrique Cardoso, seria possível no Brasil? Que efeitos essa mudança teria sobre o orçamento do setor?

Entrevistada: Concorro com a proposta de Luís Eduardo Soares de que não deveríamos manter polícias militares. Deveria existir uma polícia única, com uma parte uniformizada responsável pelo policiamento preventivo e outra parte sem uniforme dedicada à investigação. Para avançar, seria necessário revisar o artigo 142 da Constituição, mencionado no debate sobre a relação das polícias com as Forças Armadas, e romper com estruturas negociadas durante a transição do regime militar. Décadas após a ditadura, é necessário rever o modelo militarizado e assegurar que restrições à liberdade sejam submetidas ao controle judicial e aos limites constitucionais.

Entrevistadora: Quais são as principais causas dos homicídios no Brasil e quais estratégias podem reduzir esses números?

Entrevistada: Grande parte dos homicídios ocorre em confrontos entre facções e em operações policiais relacionadas ao varejo de drogas. A estratégia violenta adotada por polícias brasileiras ao longo das últimas décadas produz mortes de suspeitos, moradores e policiais. O tráfico de armas também amplia a letalidade. A redução dos homicídios exige polícias comprometidas com a legalidade, iniciativas de prevenção e capacidade investigativa. Diferentes estados já implementaram projetos eficazes de prevenção. O caso de Diadema é um exemplo de município que reduziu intensamente os homicídios em duas gestões. Para produzir resultados, é necessário contar com uma polícia menos corrupta, mais equipada para investigar e Secretarias de Segurança Pública dirigidas por pessoas que conheçam o tema. Como em qualquer política pública, o processo exige diagnóstico, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação. A corrupção policial exerce papel central nas dificuldades de execução dessas políticas.

3.3.5 Entrevista 5

Perfil da pessoa entrevistada: Advogada, mestre e doutora em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas. Pesquisadora convidada da The New School e fellow da Open Society Foundations. Autora de obras sobre justiça, democracia e seletividade penal.

Entrevistadora: É possível afirmar que os investimentos realizados entre 2012 e 2022 contribuíram para reduzir o crime organizado?

Entrevistada: Não houve diminuição do crime organizado no Estado de São Paulo, nem no período analisado nem nos anos posteriores. Não identifiquei correlação entre o investimento realizado e a redução do crime organizado. A lógica de distribuição do orçamento entre as diferentes instituições da segurança pública ajuda a explicar a ausência desse resultado.

Entrevistadora: Quais foram os principais desafios na gestão do orçamento da segurança pública durante o período analisado?

Entrevistada: Não saberia responder de imediato quais foram os principais desafios em cada ano ou ao longo de todo o período. Seria leviano apresentar um diagnóstico sem uma análise específica dos dados.

Entrevistadora: Houve iniciativas de participação da sociedade civil na definição das prioridades orçamentárias?

Entrevistada: A legislação prevê mecanismos de participação no ciclo orçamentário, tanto nos Planos Plurianuais quanto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais. Porém, esses mecanismos ainda são tímidos e pouco eficientes.

Entrevistadora: Quais recomendações podem orientar o planejamento do orçamento da segurança pública nos próximos anos?

Entrevistada: É necessária uma nova abordagem orçamentária, vinculada a objetivos específicos. Ao analisar a distribuição dos recursos entre as instituições da segurança pública, observa-se investimento maciço no policiamento ostensivo da Polícia Militar, desinvestimento na Polícia Civil, responsável pela investigação, e sucateamento da polícia técnico-científica, que produz provas de autoria e materialidade. Será difícil alcançar resultados substanciais enquanto essa lógica permanecer. Uma parcela expressiva do orçamento é destinada ao policiamento ostensivo, que atua de forma georreferenciada sobre territórios e populações específicos, mas não gera inteligência investigativa nem produz provas. Essa distribuição fragiliza os resultados da política de segurança. São Paulo concentra a maior população prisional do país, o que torna ainda mais grave um modelo de aprisionamento com investigação insuficiente e baixa produção de provas. Também há forte investimento no sistema prisional, mas poucos recursos para qualificar o encarceramento, acompanhar seus efeitos e estruturar políticas voltadas às pessoas egressas. A ausência de uma porta de saída fortalece a continuidade do crime organizado. No Brasil, muitas facções criminais podem ser compreendidas como facções de origem prisional.

Entrevistadora: A unificação das Polícias Civil e Militar, discutida inclusive durante o governo Fernando Henrique Cardoso, seria possível no Brasil? Que efeitos essa mudança teria sobre o orçamento do setor?

Entrevistada: A independência entre determinadas instituições é fundamental. A polícia técnico-científica, por exemplo, precisa de independência e autonomia para produzir resultados confiáveis. Quando a mesma corporação efetua prisões e analisa as provas, a concentração de funções pode comprometer, em vez de beneficiar, a investigação.

3.3.6 Entrevista 6

Perfil da pessoa entrevistada: Socióloga, doutora em Ciência Política e pós-doutora em Sociologia. Pesquisadora e professora nas áreas de saúde mental, violência e políticas públicas. Presidente do Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio, IPPES.

Entrevistadora: Existe algum montante reservado ao cuidado da saúde mental dos profissionais da segurança pública?

Entrevistada: O governo federal possui uma política recente de promoção da qualidade de vida, na qual a saúde mental foi incorporada como referência. A Secretaria Nacional de Segurança Pública investe no programa Escuta SUSP, voltado à valorização dos profissionais, à promoção da saúde e à qualidade de vida. Também existem recursos para que os estados desenvolvam projetos de cuidado. O principal obstáculo é a burocracia para acessar e executar esses recursos. As instituições precisam de capacidade técnica para elaborar projetos e cumprir as exigências. A verba existe, mas depende da capacidade de cada estado e de cada instituição para executá-la. Há cartilhas e fontes de financiamento vinculadas aos fundos federais e a programas de promoção da saúde mental. O problema é a falta de instrumentalização técnica. Muitas instituições solicitam apoio para elaborar projetos. O IPPES atua de forma especializada na prevenção do suicídio entre profissionais da segurança pública e, em alguns casos, pode ser contratado por inexigibilidade de licitação em razão da especialização técnica. Mesmo assim, o processo burocrático pode durar um ano, com sucessivos envios de documentos, sem que o projeto avance. Poucas instituições conseguem executar os recursos. Não basta existir um fundo e uma fonte de financiamento se não houver orientação técnica para facilitar a elaboração e a implementação dos projetos. O Escuta SUSP é coordenado com participação da UFMG e organiza atendimento psicoterapêutico online. Essa alternativa é importante porque muitas corporações não oferecem atendimento adequado e alguns profissionais temem buscar ajuda internamente por receio de retaliações. Além do atendimento, existem cursos a distância sobre

bem-estar, autocuidado, gestão humanizada e formação de agentes. A prevenção em saúde mental exige educação e mudança de percepção, o que ocorre de forma lenta. Atualmente, o governo federal oferece atendimento online seguro e ações formativas, enquanto o IPPES atua especialmente na prevenção.

Entrevistadora: Como as corporações lidam com casos de suicídio entre seus integrantes? Existem protocolos de apoio aos colegas e familiares?

Entrevistada: Para responder adequadamente, seria necessário realizar estudos de caso, pois a realidade varia entre as instituições. Quando comecei a pesquisar o tema, em 2005, o suicídio policial ainda não era reconhecido como problema público. O trabalho desenvolvido desde então contribuiu para dar visibilidade ao fenômeno. Cada instituição possui uma cultura, condições estruturais e capacidade de investimento próprias. Por isso, não há uma resposta uniforme para o Brasil. São Paulo mantém há quase trinta anos um programa de prevenção de manifestações suicidas, mas há pouca transparência sobre seu funcionamento. Os dados indicam resultados insuficientes, pois policiais continuam morrendo por suicídio no estado. No Rio de Janeiro, iniciamos trabalhos em 2009. O livro *Por que policiais se matam?* apresenta um capítulo sobre prevenção e protocolos de emergência. Profissionais foram capacitados para implementar essas medidas, mas o protocolo não foi institucionalizado. Alguns participantes se tornaram referências e colaboraram na construção de outros protocolos, mas não conseguiram incorporá-los de forma permanente às suas corporações. Atualmente, há uma tentativa de retomada com apoio do Ministério Público do Trabalho. Algumas instituições desenvolveram iniciativas importantes. A Polícia Militar de Alagoas, por exemplo, possui profissionais qualificados e produziu boletins sobre mortes violentas para orientar políticas de saúde. Ainda assim, a situação é muito desigual. Os resultados dependem de pessoas capacitadas, vontade política, liderança e recursos materiais. Em grande parte do país, as iniciativas estão associadas à atuação de indivíduos específicos, e não a políticas institucionalizadas. São Paulo é uma exceção por possuir um programa formal. Porém, a existência de um programa não demonstra sua eficácia. Sem monitoramento e avaliação, é possível afirmar apenas que o programa existe, não que funciona.

3.3.7 Síntese analítica das entrevistas

A leitura das seis entrevistas evidencia a amplitude de dimensões que integram o debate sobre segurança pública. Em razão das diferentes trajetórias dos participantes, determinados assuntos receberam maior atenção em algumas entrevistas do que em outras. Essa variação está

relacionada ao conhecimento e à experiência profissional de cada especialista e não afasta a unidade temática, pois todos os encontros permaneceram vinculados aos objetivos da pesquisa.

As entrevistas permitiram discutir aspectos que as séries quantitativas não demonstram diretamente. Os valores empenhados informam o comportamento anual das ações selecionadas, mas não explicam, isoladamente, os processos administrativos, institucionais e profissionais que condicionam a execução das políticas públicas. Os depoimentos ampliam essa leitura ao abordar gestão, planejamento, estrutura das instituições policiais, formação profissional, investigação, crime organizado, mecanismos de controle e saúde mental dos trabalhadores da segurança.

Não se pressupõe uniformidade de opiniões entre os participantes. A contribuição do material qualitativo decorre da reunião de perspectivas profissionais distintas sobre um mesmo campo de política pública. Experiências ligadas à atuação policial, à pesquisa acadêmica, ao orçamento, ao sistema de justiça, ao controle institucional e à saúde mental acrescentam elementos complementares para interpretar as relações entre recursos, capacidade administrativa e resultados. Nesse sentido, as entrevistas auxiliam a compreender por que o volume orçamentário, isoladamente, é insuficiente para explicar o desempenho da segurança pública.

4 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

4.1 VALORES ORÇAMENTÁRIOS E ASSOCIAÇÕES ENTRE AS VARIÁVEIS

4.1.1 Evolução dos valores empenhados e dos homicídios

Tabela 2 - Ano e valores empenhados associados ao policiamento

Ano	Valores empenhados (R\$)
2012	R\$32.148.241,33
2013	R\$64.500.745,37
2014	R\$218.782.885,73
2015	R\$161.694.132,58
2016	R\$69.391.348,00
2017	R\$176.422.230,31
2018	R\$125.463.742,16
2019	R\$333.276.290,19
2020	R\$162.218.696,16
2021	R\$429.390.222,98
2022	R\$270.669.791,25

Fonte: São Paulo (Estado), Secretaria da Fazenda e Planejamento, SIGEO ([s. d.]).

Tabela 3 - Homicídios em cada ano de 2012 a 2022 no Estado de São Paulo

Ano	Homicídios (SP)
2012	6.566
2013	6.035
2014	6.185
2015	5.427
2016	4.870
2017	4.631
2018	3.727
2019	3.361
2020	3.396
2021	3.094
2022	3.212

Fonte: Cerqueira e Bueno (2024).

4.1.2 Correlação entre valores empenhados associados ao policiamento e homicídios

Correlação de Pearson entre os valores empenhados associados ao policiamento no Estado de São Paulo e o número anual de homicídios no mesmo período.

Tabela 4 - Série anual de valores empenhados associados ao policiamento e homicídios, 2012-2022

Ano	Valores empenhados - policiamento (R\$)	Homicídios
2012	R\$32.148.241,33	6.566
2013	R\$64.500.745,37	6.035
2014	R\$218.782.885,73	6.185
2015	R\$161.694.132,58	5.427
2016	R\$69.391.348,00	4.870
2017	R\$176.422.230,31	4.631
2018	R\$125.463.742,16	3.727
2019	R\$333.276.290,19	3.361
2020	R\$162.218.696,16	3.396
2021	R\$429.390.222,98	3.094
2022	R\$270.669.791,25	3.212

Fonte: elaborada pela autora com base em São Paulo (Estado), Secretaria da Fazenda e Planejamento, SIGEO ([s. d.]), e Cerqueira e Bueno (2024).

Tabela 5 - Resultados estatísticos da correlação entre valores empenhados associados ao policiamento e homicídios

Indicador estatístico	Resultado
r de Pearson	-0,671
r ² (variância linear compartilhada)	0,450 (45,0%)
Valor de p (bicaudal, n = 11)	0,024 (significativo a 5%)
r parcial controlando o ano	0,165 (p = 0,649; não significativo)

Fonte: cálculos elaborados pela autora com base nos dados da Tabela 4.

Conforme Dancey e Reidy (2019), o coeficiente obtido ($r = -0,671$; $r^2 = 0,450$; $p = 0,024$) indica associação negativa de magnitude moderada a forte entre os valores empenhados associados ao policiamento e o número de homicídios. No período analisado, anos com valores mais elevados tenderam a coincidir com menores registros de homicídios. O coeficiente de determinação indica variância linear compartilhada de aproximadamente 45%, mas não informa, por si só, relação causal.

Diante da extensão reduzida da série e do componente temporal comum às variáveis, foi calculada correlação parcial controlando o ano. Após o ajuste, a associação tornou-se positiva e não significativa (r parcial = 0,165; p = 0,649). O resultado mostra que a relação bivariada é sensível ao movimento de longo prazo das séries e não sustenta atribuição causal direta entre os valores empenhados associados ao policiamento e a redução dos homicídios.

4.1.3 Taxa de desocupação entre os anos de 2012 e 2022 no Estado de São Paulo

A taxa de desocupação foi incorporada como indicador socioeconômico contextual. Sua inclusão permitiu comparar a trajetória dos homicídios com mudanças observadas no mercado de trabalho e verificar se as duas séries apresentavam associação no período, evitando concentrar a interpretação apenas nas variáveis orçamentárias. Os dados anuais foram vinculados à PNAD Contínua, do IBGE.

Tabela 6 - Taxa anual de desocupação no Estado de São Paulo, 2012-2022

Ano	Taxa de desocupação
2012	7,2%
2013	7,5%
2014	7,4%
2015	10,1%
2016	12,4%
2017	13,5%
2018	13,2%
2019	12,4%
2020	14,0%
2021	14,4%
2022	9,1%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

4.1.4 Correlação entre homicídios e taxa de desocupação

Correlação de Pearson entre o número anual de homicídios e a taxa de desocupação no Estado de São Paulo. Os pontos de corte adotados, com base em Dancey e Reidy (2019) e alinhados aos parâmetros de Cohen (1988), são utilizados apenas como referência para a leitura da magnitude dos coeficientes.

Tabela 7 - Série anual de homicídios e taxa de desocupação, 2012-2022

Ano	Homicídios	Taxa de desocupação
2012	6.566	7,2%
2013	6.035	7,5%
2014	6.185	7,4%
2015	5.427	10,1%
2016	4.870	12,4%
2017	4.631	13,5%
2018	3.727	13,2%
2019	3.361	12,4%
2020	3.396	14,0%
2021	3.094	14,4%
2022	3.212	9,1%

Fonte: elaborada pela autora com base em Cerqueira e Bueno (2024) e IBGE, PNAD Contínua.

Tabela 8 - Resultados estatísticos da correlação entre homicídios e taxa de desocupação

Indicador estatístico	Resultado
r de Pearson	-0,764
r ² (variância linear compartilhada)	0,584 (58,4%)
Valor de p (bicaudal, n = 11)	0,006 (significativo a 1%)
r parcial controlando o ano	-0,665 (p = 0,036; significativo)

Fonte: cálculos elaborados pela autora com base nos dados da Tabela 7.

O coeficiente obtido ($r = -0,764$; $r^2 = 0,584$; $p = 0,006$) caracteriza uma associação negativa forte e estatisticamente significativa entre homicídios e taxa de desocupação. A correlação parcial, controlando o ano, permaneceu significativa (r parcial = $-0,665$; $p = 0,036$). Esse resultado indica associação residual entre as séries após o ajuste temporal, mas não autoriza interpretar o desemprego como causa da redução dos homicídios.

A direção negativa contrasta com estudos nacionais que identificam associação positiva entre deterioração das condições de trabalho e violência letal. A diferença pode decorrer da agregação anual em nível estadual, do número reduzido de observações, de defasagens entre os fenômenos e de fatores institucionais ou demográficos não controlados. Além disso, a análise por primeiras diferenças não apresentou associação estatisticamente significativa entre as variações anuais das duas séries. O coeficiente deve, portanto, ser interpretado como achado exploratório específico do recorte analisado.

4.1.5 Correlação entre homicídios e valores empenhados associados à investigação policial

Correlação de Pearson entre o número anual de homicídios e os valores empenhados associados à investigação policial no Estado de São Paulo.

Tabela 9 - Série anual de homicídios e valores empenhados associados à investigação policial, 2012-2022

Ano	Homicídios	Valores empenhados - investigação (R\$)
2012	6.566	R\$ 8.052.700
2013	6.035	R\$ 4.566.785
2014	6.185	R\$ 11.198.875
2015	5.427	R\$ 11.492.160
2016	4.870	R\$ 17.484.491
2017	4.631	R\$ 12.817.212
2018	3.727	R\$ 19.254.164
2019	3.361	R\$ 16.556.447
2020	3.396	R\$ 5.236.579
2021	3.094	R\$ 26.091.081
2022	3.212	R\$ 46.705.425

Fonte: elaborada pela autora com base em São Paulo (Estado), Secretaria da Fazenda e Planejamento, SIGEO ([s. d.]), e Cerqueira e Bueno (2024).

Tabela 10 - Resultados estatísticos da correlação entre homicídios e valores empenhados associados à investigação policial

Indicador estatístico	Resultado
r de Pearson	-0,586
r ² (variância linear compartilhada)	0,344 (34,4%)
Valor de p (bicaudal, n = 11)	0,058 (não significativo a 5%)
r parcial controlando o ano	0,501 (p = 0,140; não significativo)

Fonte: cálculos elaborados pela autora com base nos dados da Tabela 9.

O coeficiente obtido ($r = -0,586$; $r^2 = 0,344$; $p = 0,058$) indica associação negativa de magnitude moderada, mas não atinge o nível convencional de significância estatística de 5%. Após o controle do ano, a correlação parcial tornou-se positiva e permaneceu não significativa (r parcial = 0,501; $p = 0,140$). Assim, os dados não oferecem evidência estatística suficiente para atribuir aos valores empenhados associados à investigação policial uma relação direta com a redução dos homicídios no período.

Tabela 11 - Síntese comparativa das três correlações de Pearson testadas

Variáveis	r bivariado (p)	r^2	r parcial (ano)	Significativo após controle?
Policimento × homicídios	-0,671 (p = 0,024)	0,450	0,165 (p = 0,649)	Não
Homicídios × taxa de desocupação	-0,764 (p = 0,006)	0,584	-0,665 (p = 0,036)	Sim
Investigação × homicídios	-0,586 (p = 0,058)	0,344	0,501 (p = 0,140)	Não

Fonte: cálculos elaborados pela autora com base nos resultados das Tabelas 5, 8 e 10.

4.1.6 Evidências de associação e limites para a avaliação da eficácia

A avaliação da eficácia verifica em que medida os objetivos previstos por uma política são alcançados, distinguindo-se da eficiência, relacionada à relação entre recursos e resultados, e da efetividade, referente aos efeitos mais amplos produzidos sobre a realidade social (Costa; Castanhar, 2003; Trevisan; Van Bellen, 2008). Nesta dissertação, as correlações permitem examinar associações entre as séries selecionadas, mas não constituem avaliação causal da eficácia da política de segurança pública.

Os resultados devem ser lidos em conjunto com as análises de sensibilidade. As associações entre valores empenhados associados ao policiamento e homicídios e entre investigação policial e homicídios perderam significância após o controle do ano. A relação entre taxa de desocupação e homicídios permaneceu significativa na correlação parcial, mas não apresentou significância nas primeiras diferenças. O conjunto evidencia a influência das tendências temporais e recomenda cautela na atribuição de mecanismos causais.

A interpretação substantiva depende, portanto, da articulação entre estatística, literatura e material qualitativo. Mudanças institucionais, demográficas, econômicas e criminais podem atuar simultaneamente sobre os indicadores, enquanto os efeitos de políticas de formação, investigação, inteligência ou prevenção podem ocorrer com defasagem. O desenho empregado é adequado à identificação exploratória de associações, não à mensuração isolada do efeito do orçamento.

5 DISCUSSÃO

5.1 ORÇAMENTO E REDUÇÃO DOS HOMICÍDIOS

Os resultados quantitativos mostram associações negativas nas correlações bivariadas, mas sua estabilidade diminui após o controle do ano. Nas séries de policiamento e investigação, os coeficientes parciais perderam significância. O orçamento, portanto, deve ser interpretado como um dos componentes da capacidade estatal, e não como explicação isolada para a redução dos homicídios.

A distinção é decisiva para a avaliação de políticas públicas. O orçamento expressa capacidade financeira e prioridade governamental, mas os resultados dependem da execução, da composição das despesas, da qualidade da gestão e da coerência entre instrumentos e objetivos. A eficácia não pode ser inferida apenas do aumento de recursos, pois o gasto pode financiar manutenção administrativa, pessoal, equipamentos, inteligência, investigação ou ações preventivas com impactos distintos (Costa; Castanhar, 2003; Santos; Gontijo; Amaral, 2015).

A curta extensão da série limita o número de controles incorporáveis ao modelo e amplia a sensibilidade dos coeficientes. Por esse motivo, os resultados possuem caráter exploratório e qualificam a discussão sobre recursos e resultados, sem sustentar atribuição causal exclusiva ao orçamento (Dancey; Reidy, 2019; Field, 2020).

5.2 ALOCAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E CAPACIDADE INSTITUCIONAL

As entrevistas acrescentam perspectivas sobre dimensões que os valores agregados não permitem observar diretamente. Os participantes abordaram gestão administrativa, autonomia, tecnologia, investigação, formação profissional, crime organizado, controle institucional e condições de trabalho. Essas contribuições não são homogêneas nem foram produzidas para medir concordância, mas ajudam a interpretar mecanismos e limitações da política que permanecem fora das séries numéricas.

A investigação aparece como dimensão estratégica porque transforma ocorrências em informação, autoria, prova e responsabilização. Ainda assim, a associação entre os valores empenhados vinculados à investigação policial e os homicídios não permaneceu estatisticamente significativa após o controle do ano. Esse resultado não torna a investigação irrelevante. Ele mostra que uma série orçamentária anual e agregada não capta, por si só, a

qualidade da despesa, o tempo de maturação das ações, a produtividade das unidades, a distribuição regional ou os efeitos indiretos da capacidade investigativa.

Os depoimentos sobre tecnologia reforçam essa interpretação. Sistemas de informação podem ampliar cruzamentos, inteligência e análise financeira, mas sua aquisição ou desenvolvimento não garante resultados sem governança, interoperabilidade, proteção de dados, formação e manutenção. A capacidade institucional resulta da combinação entre recursos, pessoal, processos, coordenação e aprendizagem organizacional. Essa combinação ajuda a explicar por que despesas semelhantes podem produzir desempenhos distintos.

5.3 TAXA DE DESOCUPAÇÃO, MULTICAUSALIDADE E CAUTELA INFERENCIAL

A associação entre taxa de desocupação e homicídios permaneceu significativa após o controle do ano, mas apresentou direção negativa, distinta de parte da literatura nacional. Esse resultado não indica que o desemprego reduza homicídios. A agregação estadual, o tamanho reduzido da série, possíveis defasagens e variáveis não observadas recomendam uma leitura restrita ao recorte analisado.

A literatura trata a violência letal como fenômeno multicausal. Condições econômicas, composição etária, urbanização, circulação de armas, dinâmicas do mercado de drogas, presença de organizações criminosas, políticas penitenciárias, capacidade investigativa e estratégias policiais podem atuar de modo simultâneo e desigual nos territórios. A trajetória paulista também é discutida em relação à governança dos mercados criminais e à atuação do Primeiro Comando da Capital (Dias, 2009).

O coeficiente parcial constitui um achado que merece investigação em bases mais amplas, e não uma conclusão causal. Estudos posteriores podem ampliar a série, trabalhar com dados municipais, testar defasagens temporais e incorporar outros fatores socioeconômicos e institucionais.

A literatura sobre letalidade policial acrescenta uma dimensão relevante à interpretação dos resultados. Estudos sobre São Paulo mostram que a redução dos homicídios pode coexistir com aumento das mortes decorrentes de intervenção policial, razão pela qual o desempenho da política não deve ser medido por um único indicador (Bueno; Lima; Teixeira, 2019). Como a dissertação não reuniu uma série anual homogênea de violência policial submetida aos mesmos testes, essa dimensão permanece no plano qualitativo e contextual, articulada aos debates sobre legalidade, uso da força, formação, controle e proteção de direitos.

5.4 ARTICULAÇÃO ENTRE DADOS E ENTREVISTAS

A articulação entre os resultados quantitativos e as entrevistas amplia a interpretação do problema. As correlações descrevem o comportamento das séries, enquanto os depoimentos acrescentam experiências e argumentos sobre gestão, distribuição interna dos recursos, investigação, tecnologia, formação, crime organizado, controle institucional e saúde mental. Como os entrevistados possuem trajetórias distintas, o material qualitativo é utilizado para complementar a análise, e não para demonstrar concordância entre os participantes.

As entrevistas não substituem os testes estatísticos, assim como os coeficientes não explicam, isoladamente, os mecanismos institucionais. A combinação das fontes permite relacionar valores orçamentários a aspectos de implementação, capacidade administrativa e contexto social, mantendo separados os limites de inferência próprios de cada tipo de evidência.

O principal achado aplicado é que a gestão orçamentária precisa vincular recursos a diagnósticos, metas, indicadores e avaliação. Transparência sobre a composição das despesas, integração entre órgãos, fortalecimento da investigação, cuidado com os profissionais e monitoramento da violência policial são dimensões necessárias para que o aumento do orçamento se traduza em proteção social e respeito a direitos.

5.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O estudo apresenta limitações que delimitam o alcance de seus resultados. A série temporal contém onze observações anuais, o que reduz o poder estatístico e restringe a inclusão simultânea de múltiplos controles. Os dados foram analisados em nível estadual e anual, condição que pode ocultar diferenças internas ao território paulista e expõe a interpretação ao risco de falácia ecológica. Os valores orçamentários são nominais e correspondem ao estágio do empenho. Embora a fonte e a natureza das séries estejam identificadas, não foram preservados registros detalhados de todos os filtros e caminhos percorridos durante a extração nos sistemas da Secretaria da Fazenda e Planejamento. As entrevistas, por sua vez, constituem amostra intencional e não probabilística, com roteiros adaptados ao desenvolvimento das conversas, o que limita comparações diretas e generalizações. Por fim, o desenho correlacional e exploratório não permite isolar o efeito específico do orçamento de fatores econômicos, demográficos, institucionais e criminais que também podem influenciar a trajetória dos homicídios.

6 PRODUTO TÉCNICO-EDUCACIONAL: GIBI "QUANDO A VOZ SE CALA"

6.1 CONCEPÇÃO E VÍNCULO COM A PESQUISA

Como desdobramento aplicado da investigação sobre a distribuição dos gastos com segurança pública no Estado de São Paulo entre 2012 e 2022, foi elaborado o gibi educativo “Quando a Voz se Cala”. O material constitui um produto técnico-educacional destinado à tradução social dos principais problemas discutidos na dissertação. Sua elaboração responde à necessidade de comunicar, em linguagem acessível, que a segurança pública não se limita à repressão criminal, mas envolve planejamento, investigação, prevenção, proteção de direitos, valorização profissional e articulação com políticas sociais.

A opção por um produto de caráter educativo está relacionada à compreensão da segurança pública como política pública multidimensional. Freire (2009) sustenta que a segurança cidadã exige ações integradas entre diferentes setores, com espaço para prevenção, participação social e atuação local. Na mesma direção, Saporì (2007) destaca que o enfrentamento da violência demanda capacidade de planejamento, coordenação institucional e continuidade das ações governamentais. O gibi converte esses pressupostos em situações didáticas, imagens e mensagens breves, voltadas à formação cidadã.

O produto também se vincula aos resultados quantitativos e qualitativos da pesquisa. A análise orçamentária e o cruzamento entre variáveis indicam que o volume de recursos, isoladamente, não permite explicar os resultados da política de segurança. A literatura aponta que a qualidade da alocação, a capacidade institucional, a integração entre órgãos e o acompanhamento dos resultados são dimensões indispensáveis para avaliar a eficiência do gasto público (Santos; Gontijo; Amaral, 2015; Ballesteros, 2014). Por essa razão, o gibi apresenta a ideia de que “não basta gastar mais”, sendo necessário investir de forma planejada em policiamento, investigação, prevenção e cuidado.

6.2 CARACTERIZAÇÃO, OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO

“Quando a Voz se Cala” foi concebido em formato digital, com oito páginas ilustradas, linguagem simples e organização visual semelhante à de uma história em quadrinhos educativa. O público prioritário é formado por crianças e estudantes da educação básica, sem excluir professores, famílias, agentes públicos e participantes de atividades comunitárias. A escolha desse público decorre do potencial da educação para ampliar a compreensão sobre direitos, deveres, políticas públicas e formas democráticas de participação social.

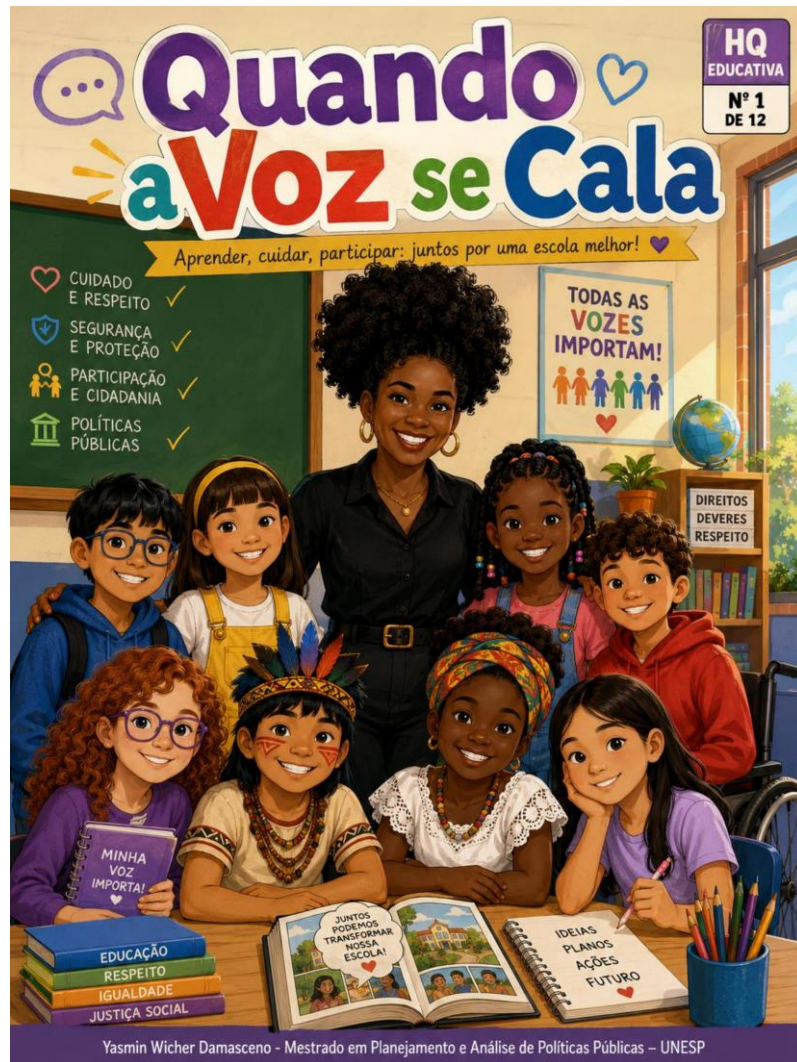
Quadro 2 - Síntese do produto técnico-educacional

Título	Quando a Voz se Cala
Natureza	Gibi educativo digital, apresentado como produto técnico-educacional
Formato	Arquivo em PDF, composto por oito páginas ilustradas
Público-alvo	Crianças, estudantes, educadores, famílias e comunidade
Finalidade	Traduzir resultados e recomendações da pesquisa em linguagem acessível
Eixos	Segurança cidadã, orçamento público, investigação, valorização policial, saúde mental, prevenção, educação e participação social
Possíveis espaços de uso	Escolas, projetos de extensão, oficinas, atividades comunitárias e ambientes digitais
Situação	Protótipo educacional sujeito a validação pedagógica e técnica

Fonte: elaborado pela autora (2026).

O objetivo geral do produto é favorecer a compreensão infantil sobre a relação entre segurança pública, orçamento e cidadania. Como objetivos específicos, busca-se: apresentar a segurança pública como direito coletivo; explicar que o investimento público precisa ser planejado e avaliado; demonstrar a importância da investigação e da prevenção; discutir a valorização e a saúde mental dos profissionais de segurança; e relacionar educação, cultura, esporte e oportunidades à prevenção da violência.

Figura 1 - Capa do gibi Quando a Voz se Cala



Fonte: Elaborado pela autora (2026), com apoio de ferramenta de inteligência artificial generativa na produção das ilustrações.

6.3 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO E TRADUÇÃO DIDÁTICA DOS ACHADOS

A narrativa é conduzida por uma professora negra, apresentada em ambiente escolar com uma turma diversa. A composição visual inclui crianças indígenas, quilombolas, negras, brancas e de diferentes características físicas, além de estudante com deficiência. A diversidade dos personagens busca reforçar que a segurança é um direito de todas as pessoas e que políticas públicas devem considerar diferentes experiências sociais e territoriais.

Na segunda página, o conceito de segurança pública é ampliado por meio de exemplos próximos da vida cotidiana, como escola segura, rua iluminada, posto de saúde e transporte protegido. A mensagem central é que a segurança depende de planejamento, prevenção e cuidado, e não apenas de prisões. Essa abordagem dialoga com a noção de que a violência deve

ser compreendida como fenômeno social complexo, relacionado a condições de vida, acesso a direitos e atuação articulada do Estado (Minayo, 2006).

A terceira página aborda o trabalho policial, a remuneração e as condições de exercício profissional. O texto reconhece a função de proteção desempenhada pelos agentes e apresenta, em linguagem infantil, os efeitos da pressão ocupacional e da desvalorização. O tratamento do tema evita individualizar a responsabilidade pelos problemas da segurança pública e desloca a atenção para a estrutura institucional, a formação, as condições de trabalho e a gestão dos recursos.

A quarta página introduz a ideia de análise de dados. A professora explica que o cruzamento entre informações sobre investigações e homicídios auxilia a compreender problemas e orientar decisões. Essa parte traduz o procedimento analítico da dissertação para uma linguagem visual. O gráfico apresentado no gibi possui função estritamente didática e esquemática. Ele não deve ser interpretado como reprodução das séries estatísticas da pesquisa. Para a versão definitiva destinada à divulgação externa, recomenda-se substituir o gráfico ilustrativo por uma representação fiel aos dados consolidados da dissertação ou inserir, de forma destacada, a indicação “ilustração didática”.

Na quinta página, o orçamento é apresentado como instrumento de escolha pública. O material distingue quatro frentes de aplicação: policiamento, investigação, prevenção e cuidado. A mensagem de que o gasto precisa ser bem planejado está de acordo com estudos que demonstram que a análise da segurança pública deve observar a composição das despesas, a capacidade de gestão e os resultados alcançados, e não somente o montante global destinado à função (Santos; Gontijo; Amaral, 2015).

A sexta página trata da saúde mental dos policiais e da prevenção social. O produto associa apoio psicológico, educação, esporte, cultura e oportunidades à construção de uma sociedade mais segura. A abordagem preserva a dimensão humana dos profissionais de segurança e reconhece que a qualidade do serviço público também depende de condições adequadas de trabalho, apoio institucional e políticas permanentes de cuidado.

A sétima página sistematiza cinco mensagens: melhoria da remuneração policial; ampliação e melhor planejamento dos investimentos; fortalecimento da investigação; atenção à saúde mental; e investimento em educação. A última página encerra a narrativa com alunos, professora e policial reunidos, representando cooperação, diálogo e corresponsabilidade. A cena final reforça que a segurança pública deve ser construída com respeito, educação, cuidado e políticas públicas baseadas em planejamento.

6.4 APLICABILIDADE E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O produto pode ser empregado em atividades escolares, projetos de extensão universitária, oficinas de educação cidadã, ações comunitárias e formação introdutória sobre políticas públicas. Sua utilização pode ocorrer por leitura mediada, rodas de conversa, atividades de interpretação, produção de desenhos, debates sobre direitos e elaboração de propostas para o bairro ou para a escola. O formato digital facilita a circulação e permite impressão em pequena escala.

No âmbito do mestrado profissional, o gibi amplia o alcance social da dissertação ao transformar argumentos acadêmicos em conteúdo de comunicação pública. A contribuição não está apenas na simplificação da linguagem, mas na organização pedagógica dos achados em torno de problemas concretos. O material aproxima orçamento público, segurança e cidadania, temas que costumam aparecer de forma fragmentada no debate cotidiano.

A aplicabilidade do produto também se relaciona à educação para a participação. Ao apresentar o orçamento como resultado de prioridades e decisões governamentais, o gibi favorece a percepção de que a população pode acompanhar, questionar e participar da avaliação das políticas públicas. Ballesteros (2014) destaca que transparência, coordenação e avaliação são condições relevantes para a gestão democrática da segurança. O produto incorpora essa perspectiva ao estimular a leitura crítica dos investimentos e de seus resultados.

6.5 LIMITAÇÕES, VALIDAÇÃO E POSSIBILIDADES DE APERFEIÇOAMENTO

O gibi deve ser compreendido como protótipo técnico-educacional. Até o momento, não foi realizada aplicação sistemática com crianças, professores ou profissionais de segurança. Por essa razão, não se afirma que o material tenha eficácia pedagógica comprovada. A avaliação de sua clareza, adequação etária, compreensão dos conceitos e potencial de uso dependerá de etapa posterior de validação.

Recomenda-se que a validação envolva, ao menos, três dimensões. A primeira é pedagógica, com leitura por professores da educação básica e aplicação piloto com estudantes. A segunda é técnica, com avaliação por pesquisadores e profissionais das áreas de segurança pública, orçamento e políticas públicas. A terceira é ética e comunicacional, com análise das representações sociais, da diversidade dos personagens e do risco de simplificações indevidas.

Também se recomenda revisar a correspondência entre a numeração indicada nas páginas e a extensão efetiva do produto, padronizar os elementos gráficos e assegurar que qualquer dado quantitativo reproduzido no material corresponda às fontes utilizadas na

dissertação. As ilustrações foram produzidas com apoio de ferramenta de inteligência artificial generativa, sob direção, seleção e revisão da autora. Essa informação deve constar na ficha técnica ou nos créditos do produto, como medida de transparência sobre o processo de elaboração.

Em versões futuras, o produto poderá incorporar atividades complementares, glossário, orientações ao professor, referências para consulta e recursos de acessibilidade, como descrição textual das imagens e versão com maior contraste. Também poderá ser adaptado para diferentes faixas etárias e empregado em ações de extensão vinculadas à universidade, permitindo o registro de resultados de aplicação e o aperfeiçoamento do conteúdo.

6.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO

O gibi “Quando a Voz se Cala” materializa a dimensão aplicada da pesquisa ao estabelecer uma ponte entre análise acadêmica e educação cidadã. O produto apresenta a segurança pública como política complexa, dependente de recursos, instituições, profissionais, investigação, prevenção e políticas sociais. Ao mesmo tempo, evita reduzir o debate à expansão da repressão, destacando planejamento, valorização profissional, saúde mental, educação e participação.

Sua inclusão na dissertação demonstra que os resultados da pesquisa podem subsidiar iniciativas de comunicação pública e formação social. O produto integral, apresentado em apêndice, complementa a análise desenvolvida no corpo do trabalho e evidencia o compromisso do estudo com a produção de conhecimento acessível, socialmente relevante e passível de aplicação em espaços educativos.

7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta dissertação analisou criticamente a distribuição dos gastos com segurança pública no Estado de São Paulo entre 2012 e 2022, articulando dados orçamentários, indicadores de violência letal e entrevistas com especialistas. O percurso combinou pesquisa bibliográfica e documental, análise estatística de séries anuais e abordagem qualitativa, buscando examinar a relação entre recursos, capacidades institucionais e resultados sem reduzir a segurança pública a uma explicação exclusivamente financeira.

7.1 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

No plano quantitativo, as correlações bivariadas foram negativas para as três relações analisadas. Após o controle do ano, as associações entre homicídios e valores empenhados associados ao policiamento e à investigação policial perderam significância estatística. A relação entre taxa de desocupação e homicídios permaneceu significativa na correlação parcial (r parcial = -0,665; p = 0,036), embora não tenha apresentado significância na análise por primeiras diferenças. Esses resultados indicam que as tendências temporais exercem influência relevante e impedem interpretar os coeficientes como evidência causal.

As entrevistas acrescentaram interpretações sobre aspectos que as séries quantitativas não captam diretamente. Os participantes abordaram distribuição interna dos recursos, capacidade administrativa, investigação, estrutura policial, formação, controle institucional, crime organizado e condições de trabalho. As diferenças de trajetória entre os especialistas produziram enfoques distintos, utilizados de forma complementar para contextualizar os resultados. O conjunto da pesquisa indica que a trajetória dos homicídios no Estado de São Paulo é multicausal e não pode ser explicada apenas pela variação do orçamento.

7.2 CONFRONTO COM A HIPÓTESE DE PESQUISA

A hipótese de pesquisa foi examinada de forma qualificada. Os dados mostram associação temporal entre o comportamento das séries orçamentárias e a redução dos homicídios, mas essa relação não permaneceu estatisticamente significativa para policiamento e investigação após o controle do ano. Assim, não é possível sustentar que o aumento dos valores empenhados tenha sido, isoladamente, fator determinante da redução da violência letal. A literatura e as entrevistas indicam a presença de mecanismos concomitantes, entre eles

mudanças institucionais, capacidade investigativa, políticas de controle de armas e dinâmicas dos mercados criminais (Dias, 2009; Cerqueira; Bueno, 2024).

A discussão sobre violência policial permanece integrada à avaliação mais ampla da política de segurança. A literatura registra que a redução dos homicídios não implica, necessariamente, melhora simultânea em todos os indicadores de violência e uso da força (Bueno; Lima; Teixeira, 2019). Como essa dimensão não foi organizada em uma série anual homogênea submetida aos mesmos testes, suas evidências são tratadas de forma qualitativa e contextual, sem equivalência estatística com as demais variáveis analisadas.

7.3 CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A principal contribuição metodológica da dissertação reside na articulação entre dados orçamentários, indicadores de violência e material qualitativo, acompanhada de cautela inferencial. As análises de sensibilidade mostram que coeficientes bivariados elevados podem perder estabilidade após ajustes temporais. As entrevistas acrescentam elementos sobre implementação, gestão e capacidade institucional que contextualizam os resultados sem substituir a análise estatística.

Entre as limitações destacam-se o número reduzido de observações, a agregação anual e estadual dos dados, o uso de valores nominais, a natureza correlacional do desenho e a impossibilidade de controlar simultaneamente todos os fatores associados aos homicídios. A ausência de registros detalhados do percurso de extração das séries orçamentárias limita a rastreabilidade dos filtros utilizados, embora a fonte, o período e o estágio do empenho estejam identificados. No componente qualitativo, a seleção intencional de seis especialistas e a adaptação do roteiro durante as entrevistas restringem generalizações e comparações sistemáticas entre os depoimentos.

7.4 RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E PESQUISAS FUTURAS

Com base nos resultados, recomenda-se fortalecer mecanismos contínuos de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade dos gastos em segurança, ampliar a transparência sobre a composição das despesas e seus resultados e aperfeiçoar a vinculação entre planejamento, metas, indicadores e execução orçamentária. A leitura do orçamento deve considerar não apenas o montante destinado ao setor, mas também a capacidade institucional de transformar recursos em ações, serviços e resultados socialmente verificáveis.

Pesquisas futuras podem ampliar a série histórica, trabalhar com maior granularidade territorial e temporal e incorporar variáveis institucionais e socioeconômicas adicionais. Bases mais extensas permitiriam aplicar modelos multivariados, dados em painel e estratégias de inferência causal capazes de testar com maior precisão os mecanismos associados à variação dos homicídios e ao desempenho da política de segurança pública.

A principal implicação da pesquisa é que a avaliação da segurança pública exige observar conjuntamente recursos, gestão, implementação, capacidade institucional e resultados. A redução dos homicídios constitui indicador relevante, mas não esgota a avaliação da política. O orçamento adquire significado analítico quando relacionado ao modo como é executado e às condições institucionais que orientam sua transformação em proteção social, legalidade e prestação de serviços públicos.

REFERÊNCIAS

- BALLESTEROS, Paula Rodriguez. Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 6-22, fev./mar. 2014. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/353>. Acesso em: 11 jul. 2026.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jul. 2026.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 11 jul. 2026.
- BRASIL. Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111530.htm. Acesso em: 11 jul. 2026.
- BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública e institui o Sistema Único de Segurança Pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113675.htm. Acesso em: 11 jul. 2026.
- BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm. Acesso em: 11 jul. 2026.
- BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Limites do uso da força policial no Estado de São Paulo. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 17, n. esp., p. 783-799, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/hZdwqVLLt55ZjTfP8GpFcdL/>. Acesso em: 11 jul. 2026.
- CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 187-195, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/bnjfd8BgmpTSXSSSyXQ3qbj/>. Acesso em: 11 jul. 2026.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2024. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.
- COHEN, Jacob. *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. 2. ed. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.
- COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003.

COSTA, Jadila Tayná do Nascimento; SILVA, William Gledson e; FERREIRA, Francisco Danilo da Silva. Eficiência nos gastos com segurança pública e instituições formais: uma análise para os estados brasileiros a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 52, n. 3, p. 117-131, jul./set. 2021. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1282>. Acesso em: 11 jul. 2026.

CRESTANI, Leandro de Araújo. O surgimento do inimigo interno: ditadura militar no Brasil, 1964 a 1985. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 5, n. 9, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1157>. Acesso em: 11 jul. 2026.

CRUZ, Ana Vlândia Holanda et al. A ditadura que se perpetua: direitos humanos e a militarização da questão social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 37, n. esp., p. 239-252, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/VV6DvqFf4XtkDvH86BcXvVN/>. Acesso em: 11 jul. 2026.

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. *Estatística sem matemática para psicologia*. 7. ed. Porto Alegre: Penso, 2019.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Da guerra à gestão: a trajetória do Primeiro Comando da Capital nas prisões de São Paulo. *Revista Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura*, Curitiba, ano 8, v. 2, n. 10, p. 79-96, 2009.

FIELD, Andy. *Descobrimo a estatística usando o SPSS*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2020.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, ano 3, ed. 5, p. 100-114, ago./set. 2009. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/54>. Acesso em: 11 jul. 2026.

GALDINO, José de Araújo. *Análise das despesas orçamentárias com segurança pública no Brasil*. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

GUIMARÃES, Claudio Alberto Gabriel. *Gestão de segurança pública e cidades: o papel dos municípios no combate à violência*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Policiais) - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2019. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/34974>. Acesso em: 11 jul. 2026.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. *Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua*. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>. Acesso em: 19 ago. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *A relação entre desemprego e homicídios*. Brasília, DF: Ipea, 2019.

KAHN, Tulio. Os custos da violência: quanto se gasta ou deixa de ganhar por causa do crime no Estado de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 42-48, 1999.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 49-85, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/k8CfD9XbDpJ8vzyfJqXP3qN/>. Acesso em: 11 jul. 2026.

MARQUES, D. F. Z.; BERWIG, A. Segurança pública e direitos humanos. In: SALÃO DO CONHECIMENTO, 2017, Ijuí. Anais [...]. Ijuí: Unijuí, 2017.

MATOS, P. O. Orçamento de segurança pública e orçamento de defesa no Brasil: análise comparativa da estrutura e variação dos gastos públicos (2003-2017). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 10., 2020, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2020. Disponível em: <https://www.enabed2018.abedef.org>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. A segurança pública como controle da violência homicida. *Prima Facie*, João Pessoa, v. 10, n. 18, p. 178-216, jul./dez. 2011.

SANTOS, Iris Gomes dos; GONTIJO, José Geraldo Leandro; AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima. A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais, 1999-2010. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 105-131, abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/Z85GR3G9bYJDHRpCJXgnFFB/>. Acesso em: 11 jul. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Fazenda e Planejamento. Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária - SIGEO. São Paulo, [s. d.]. Disponível em: <https://www.fazenda.sp.gov.br/SigeoLei131/Paginas/FlexConsDespesa.aspx>. Acesso em: 11 jul. 2026.

SAPORI, Luís Flávio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCHULL, Adiulli Natã; FEITÓSA, Camila Gonçalves; HEIN, André Fernando. Análise da eficiência dos gastos em segurança pública nos estados brasileiros através da Análise Envoltória de Dados. *Revista Capital Científico - Eletrônica*, Guarapuava, v. 12, n. 3, p. 45-64, jul./set. 2014.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Cidade e violência: estudos sobre o urbano brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/jun. 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "Júlio de Mesquita Filho". Coordenadoria Geral de Bibliotecas. *Manual de normalização de trabalhos acadêmicos: citação e referência: ABNT. Atualização*. Botucatu: UNESP, 2023. (Série Manuais Técnicos).

APÊNDICES

APÊNDICE A - CRONOGRAMA DA PESQUISA

Cronograma da pesquisa

	1º semestre 2024	2º semestre 2024	3º semestre 2025	4º Semestre 2025	5º Semestre 2026
Submissão do projeto ao Comitê de Ética		X			
Análise do projeto pelo Comitê de Ética		X			
Primeira aprovação pelo Comitê de Ética.		X			
Retificações junto ao Comitê de Ética		X			
Coleta de dados		X	X	X	
Transcrição dos dados e análise			X	X	
Análise e sistematização dos dados			X	X	
Exame de Qualificação			X		
Retificações apontadas pela Banca			X	X	
Defesa					X

APÊNDICE B - PRODUTO TÉCNICO-EDUCACIONAL: GIBI "QUANDO A VOZ SE CALA"









HQ EDUCATIVA
Nº 5
DE 8

Quando a Voz se Cala

Aprender, cuidar, participar: juntos por uma escola melhor! ♥

Não basta gastar mais. É preciso investir melhor.

O dinheiro da segurança pública pode ser usado assim:

POLICIAMENTO	INVESTIGAÇÃO	PREVENÇÃO	CUIDADO
Patrulhamento para proteger e estar presente.	Investigar crimes para descobrir a verdade e fazer justiça.	Projetos sociais, esporte, cultura e educação para evitar problemas.	Apoio às vítimas, atendimento e serviços que cuidam das pessoas.

TODAS AS VOZES IMPORTAM!

A segurança pública fica mais forte quando há planejamento, investigação e prevenção.

Quando o dinheiro vai para o lugar certo, os resultados podem melhorar.

JUNTOS PODEMOS TRANSFORMAR NOSSA ESCOLA!

IDEIAS PLANOS AÇÕES FUTURO

MINHA VOZ IMPORTA!

EDUCAÇÃO
RESPEITO
IGUALDADE
JUSTIÇA SOCIAL

Gastar é fácil. Investir com inteligência é que transforma!
Planejar hoje é ter um amanhã melhor para todos.



7

Resumo da Aula! ♥

HQ EDUCATIVA
Nº 7
DE 8

Pessoal, vamos lembrar juntos das principais ideias da aula de hoje?

Olha só nosso resumo!

TODAS AS VOZES IMPORTAM!

Vamos relembrar!

Cada ideia faz diferença!

5 IDEIAS QUE TRANSFORMAM NOSSA ESCOLA E A SOCIEDADE!

-  **1** Os policiais precisam ganhar melhor. ☒
-  **2** Os investimentos nas áreas policiais da segurança pública precisam ser maiores e mais bem planejados. ☒
-  **3** Também é preciso investir em investigação. ☒
-  **4** A saúde mental dos policiais precisa de atenção. ☒
-  **5** A educação ajuda a construir uma sociedade mais segura. ☒

Pequenas mudanças hoje, um grande impacto amanhã! ♥

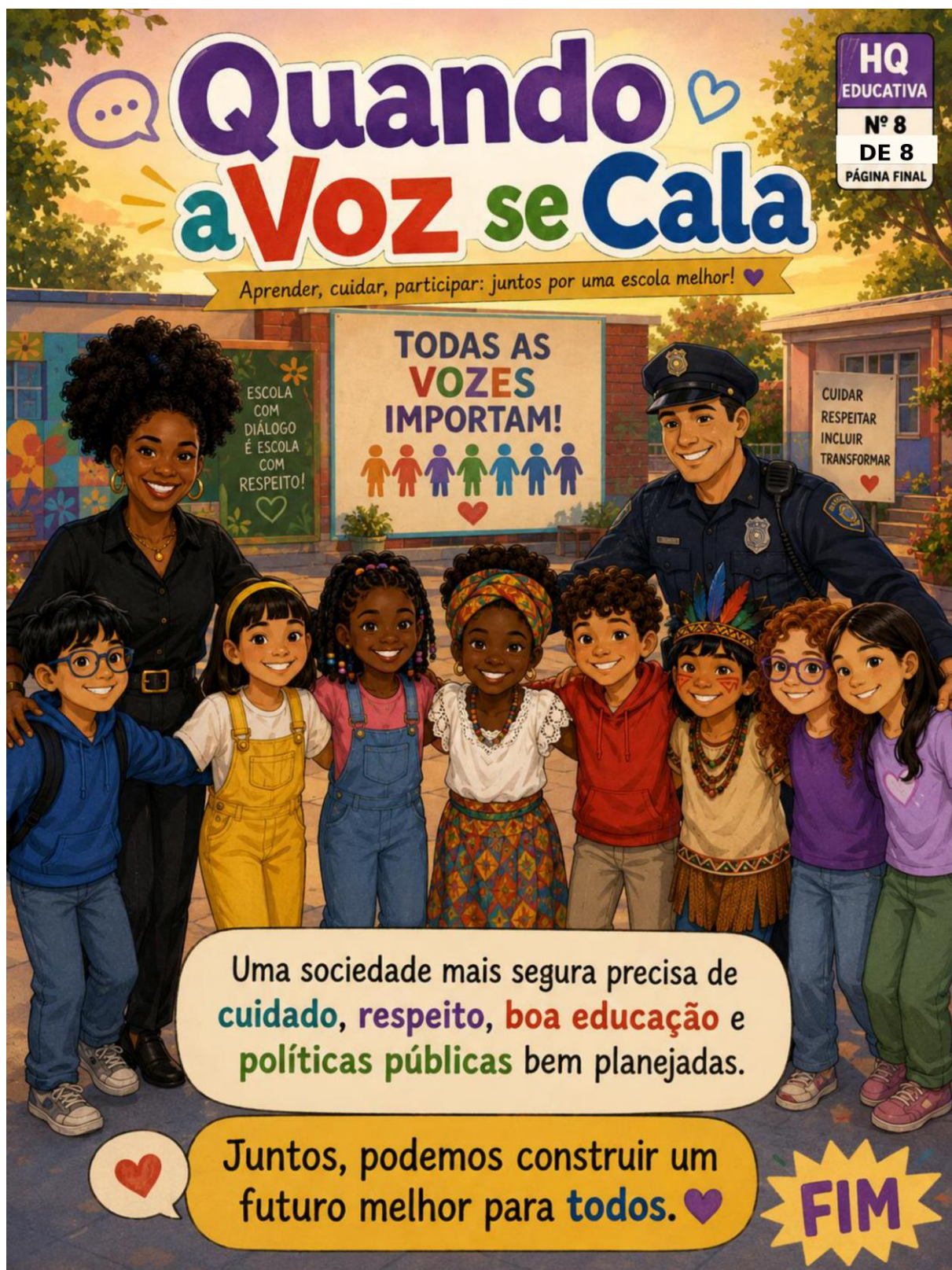
MINHA VOZ IMPORTA!

EDUCAÇÃO
RESPEITO
IGUALDADE
JUSTIÇA SOCIAL

NOSSA VOZ TRANSFORMA NOSSA ESCOLA!

IDEIAS
PLANOS
AÇÕES
FUTURO

Aprender, cuidar, participar: juntos por uma escola melhor! ♥



APÊNDICE C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

O roteiro abaixo foi elaborado previamente como guia para as entrevistas. Por seu caráter semiestruturado, as questões não foram aplicadas de forma rígida ou necessariamente na mesma ordem a todos os participantes. O desenvolvimento das conversas produziu perguntas de aprofundamento e alterações de percurso, conforme descrito na metodologia.

- 1) Com os investimentos citados, junto aos dados e aos resultados, você acha que o Estado soube alocar de forma adequada esses recursos no setor de segurança pública, especialmente no que se refere às academias de treinamento dos policiais?
- 2) Qual é o verdadeiro papel do Estado e da Secretaria de Segurança Pública na atuação das Polícias Militar, Civil e Rodoviária?
- 3) É possível dizer que o investimento nesses dez anos ajudou a diminuir o crime organizado?
- 4) A fusão da Polícia Civil com a Polícia Militar, já citada como um plano durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, é algo possível no Brasil? Em relação a isso, que tipo de mudança poderia ocorrer no orçamento do setor?
- 5) Em relação ao domínio das organizações criminosas em vários setores da sociedade e dentro do sistema prisional, qual é o papel da segurança pública no controle das facções?
- 6) Há uma grande preocupação com a saúde mental dos funcionários públicos do setor da segurança pública. Você sabe se existe algum montante reservado para esse cuidado?
- 7) É perceptível, ao menos no meio acadêmico, que a segurança pública como um todo ainda é pouco estudada ou pouco abordada por atores políticos. Quais fatores podem influenciar esse interesse limitado pelo assunto?

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: _26_/_12/_96_. IDADE: 27

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: RG Nº 50174800-3 GÊNERO: M () F (X)

ENDEREÇO: RUA IBÓ, 68 BAIRRO: CENTRO CIDADE:
CATANDUVA ESTADO: SP CEP: 15800-130 FONE: (17) 99794-2148

Eu, Yasmin Wicher Damasceno, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: Análise Orçamentária em Relação aos Gastos com Segurança Pública no Estado de São Paulo entre os anos de 2012-2022. O projeto de pesquisa será conduzido por Yasmin Wicher Damasceno, do Programa de Pós-Graduação em Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, orientado pelo Prof (a). Dr(a) Tatiana Noronha de Souza, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: (Monografia, Dissertação, Tese, Projeto (s), Relatório Trienal de Atividades/Docente, etc.) observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e descrição. [Este estudo visa avaliar o impacto do investimento em segurança pública na redução ou aumento dos homicídios no Estado de São Paulo entre os anos de 2012 e 2022, utilizando dados coletados de forma documental, bibliográfica, por meio de entrevistas e dados estatísticos.]. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, 06 de novembro de 2024 .

Yasmin Wicher Damasceno

Assinatura do participante

Yasmin Wicher Damasceno (assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Yasmin Wicher Damasceno

Endereço: Rua Ibó, 68 – Centro – Catanduva/SP – CEP 15800-130

Tel: (17)997942148

E-mail: yasmin.wicher@unesp.br

Tatiana Noronha de Souza

(assinatura)

Orientador

Prof. (ª) Dr. (ª) Tatiana

Noronha de Souza Endereço:

Tel:

E-mail: tatiana.noronha@unesp.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp – Campus de Franca
Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petraglia – CP 211. CEP:
14409-160 – FRANCA – SP Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail:
comiteetica@franca.unesp.br

ANEXO B - OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA EMITIDO PELO CEP

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA EM RELAÇÃO AOS GASTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 2012-2022

Pesquisador: YASMIN WICHER DAMASCENO

Versão: 1

CAAE: 84783924.0.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 137847/2024

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
Financiamento Próprio
Financiamento Próprio
Financiamento Próprio
Financiamento Próprio
Financiamento Próprio
Financiamento Próprio
Financiamento Próprio
Financiamento Próprio
Financiamento Próprio

Informamos que o projeto ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA EM RELAÇÃO AOS GASTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 2012-2022 que tem como pesquisador responsável YASMIN WICHER DAMASCENO, foi recebido para análise ética no CEP Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP-Campus Franca em 18/11/2024 às 09:49.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8806

E-mail: comiteetica.franca@unesp.br

ANEXO III - Justificativa enviada ao CEP com alteração na Metodologia



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa –
CONEP

PROJETO DE PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

Projeto de Pesquisa:
ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA EM RELAÇÃO AOS GASTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 2012-2022

Informações Preliminares**Responsável Principal**

CPF/Documento: 461.426.948-65	Nome: YASMIN WICHER DAMASCENO
Telefone: 17997942148	E-mail: yasmin.wicher@unesp.br

Instituição Proponente

CNPJ:	Nome da Instituição: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca
-------	--

É um estudo internacional? Não

Área de Estudo**Grandes Áreas do Conhecimento**

- Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas ● Grande Área 7. Ciências Humanas

Título Público da Pesquisa: ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA EM RELAÇÃO AOS GASTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 2012-2022

Contato Público

CPF/Documento	Nome	Telefone	E-mail
461.426.948-65	YASMIN WICHER DAMASCENO	17997942148	yasmin.wicher@unesp.br

Contato Científico: YASMIN WICHER DAMASCENO

Desenho de Estudo / Apoio Financeiro

Desenho:

Tema geral

Segurança Pública/eficácia do orçamento

Recorte/Impacto do orçamento na diminuição do número de homicídios Problema

O maior investimento orçamentário implica na diminuição das taxas de homicídios no Estado de São Paulo? Contexto empírico (fontes de dados) Analisar as taxas de homicídios ao longo dos anos e o orçamento da Segurança Pública do Estado de São Paulo entre 2012-2022 Objetivo geral Analisar a eficácia dos investimentos em Segurança Pública no Estado de São Paulo em relação ao número de homicídios entre os anos de 2012-2022 Objetivos específicos 1. Levantamento bibliográfico acerca da dinâmica de repasse de verbas vinculadas à Segurança Pública no Brasil e no Estado de São Paulo 2. Correlacionar estatisticamente os índices de homicídios doloso/culposo/qualificado/duplamente qualificado com os gastos injetados nas políticas públicas de redução dos mesmos ou aumento (documental baseada em dados secundários + análise estatística) 3. Discutir melhorias para a segurança pública diante dos desafios orçamentários 4. Criar produto informativo e educativo acerca da importância do investimento em Políticas Públicas para o combate ao homicídio (Gibi com a história do Sabotage) Métodos Quantitativo (análise de dados de violência x orçamento de Segurança Pública) Qualitativo (entrevistas com acadêmicos e políticos relacionados com a questão orçamentária) Considerações Éticas: Levar em conta as questões éticas em minha pesquisa. Nesse projeto já há um consentimento dos entrevistados. No entanto ainda aguardo o Conselho de Ética da Universidade. Importante resaltar que haverá responsabilidade e privacidade em relação a todos os dados. O cronograma está previsto para ser realizado entre o segundo semestre de 2024 e o primeiro semestre de 2025.

Apoio Financeiro

CNPJ	Nome	E-mail	Telefone	Tipo
				Financiamento Próprio

Palavra Chave

Palavra-chave
Segurança pública
Violência
Arrecadação
Orçamento Público

Detalhamento do Estudo

Resumo:

A problemática da Segurança Pública no Brasil perdura como um tema de considerável debate, ganhando particular destaque durante períodos eleitorais. Desde a redemocratização do país, a expectativa de uma melhoria nos indicadores de violência tem sido constante. Entretanto, os dados relativos às alocações orçamentárias e aos investimentos no setor de segurança refletem uma realidade ambígua, como exemplificado por evidências provenientes do estado de São Paulo. Nesse contexto, emerge um quadro em que, apesar da diminuição nos índices de homicídio, há um marcante incremento na incidência da violência policial. Esta tendência perpetua a flagrante violação dos Direitos Humanos por parte de uma instituição que, em princípio, deveria garantir a proteção dos cidadãos. À luz dessas considerações, o presente projeto almeja analisar criticamente a distribuição dos gastos na Segurança Pública do estado de São Paulo entre os anos de 2012 e 2022. Para alcançar esse objetivo, será feita uma avaliação minuciosa dos montantes arrecadados pela Secretaria de Segurança Pública do referido estado ao longo desse decênio, confrontando-os com os índices de homicídios e casos de violência policial no mesmo intervalo temporal. Adicionalmente, será devida atenção à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que regulamenta a gestão fiscal responsável. Uma abordagem qualitativa também será empregada, valendo-se de interações com entidades competentes e a comunidade, a fim de capturar percepções relativas à possível evolução, ou ausência dela, no tocante à problemática da violência. Para se aprofundar no tema será usado autores como: Saporì (2007); Santos, Gontijo e Amaral (2015); Matos (2020); Marques e Berwig (2017); Lima, Bueno e Mingardi (2016); Kahn (1999); Nóbrega Júnior (2011), Galdino (2014); Cruz (2017); Dias (2009); e Bueno, Lima e Teixeira (2019). Paralelamente, o trabalho de Crestani (2011) será instrumental para contextualizar historicamente a persistência da violência policial, inclusive à luz do contexto da ação militar ocorrida durante a ditadura.

Introdução:

Na década de 1960, o Brasil passava por um regime ditatorial, fazendo a Segurança Nacional do Brasil criar momentos de conflitos políticos e sociais, restringindo a liberdade de seus cidadãos. A doutrina era destinada a garantir a manutenção dos objetivos nacionais, pelos olhos dos ditadores, além de perseguir os supostos revolucionários, chamados também de inimigos internos (CRESTANI, 2011, p.2). Com o começo da redemocratização, no fim dos anos 80 e a concepção da Constituição de 1988, criou-se uma esperança de melhora em relação à segurança pública. No entanto, o que se presenciou foram algumas incongruências com investimento público e com a ordem social garantidora dos direitos humanos, prezando pela manutenção desse tipo de política, apenas trocando suas formas de ataque.

Embora a carta magna de 1988 garanta a segurança como um dos direitos do cidadão, no Brasil, essa política não é considerada de forma constitucional ao conjunto que proporciona a proteção dos indivíduos. Além disso, não há leis orçamentárias garantidoras a um padrão mínimo ou investimentos no setor (SANTOS; GONTIJO; AMARAL, 2015). Segundo Saporì (2007), o combate à criminalidade junto da saúde e da educação são deveres do serviço público, assegurando, portanto, um bem-estar social. Contudo, diante do contexto supracitado, é notável o setor da segurança pública no Brasil ser pouco estruturado de maneira digna, sendo, muitas vezes, utilizado contra o cidadão, subvertendo seu papel de garantia da proteção.

Há ainda os artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), os quais descrevem os gastos com a segurança pública deverem estar previstos no orçamento de cada ente da Federação, caso contrário, a Lei Orçamentária Anual (LOA) da unidade federada considera-os não autorizados (BRASIL, 2000). Segundo Matos (2020), o Orçamento Federal da Segurança Pública é medido de acordo com os gastos totais incluindo Estados e Municípios. Em algumas análises, consideraram-se os valores gastos com o percentual do PIB onde o indicador de Segurança Pública é medido pela razão (Gastos totais com Segurança Pública) / PIB.

Além disso, estudos e discussões através de meio documental e bibliográfico em relação à violência no Brasil e às políticas públicas de segurança são tratados como análises determinantes no controle da violência. Essas observações, que vão além da literatura na área, acabam sendo unânimes no que diz respeito ao aspecto político da gestão de segurança pública (NÓBREGA JÚNIOR, 2011). No estado de São Paulo, uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em conjunto com a Escola Brasileira de Administração Pública, além de algumas empresas, mostra duas vertentes em relação à diminuição e aumento da violência e homicídios. A primeira vertente diz a respeito à diminuição dos homicídios com uma intervenção do Primeiro Comando da Capital (PCC). Para os autores, a redução da violência letal deu-se pela presença e ação da facção no crime organizado nas periferias das cidades paulistas (DIAS, 2009; FELTRAN, 2010, 2012; MANSO, 2012; WILLIS, 2013). Ainda segundo essa pesquisa, o grupo teria exercido violência física nas prisões e nas ruas, colocando em prática suas próprias leis. Dias (2009) ressalva que esse modo analítico mostra papel do crime organizado fazer-se presente mediando e administrando conflitos sociais e como influência nas dinâmicas desses territórios. A outra vertente defendida da diminuição dos homicídios é a de mesclagem entre da atuação não só do PCC, mas também do Estado, por esse último ter uma capilaridade maior que o primeiro na redução dos homicídios. Um maior investimento nas ferramentas tecnológicas pela polícia e o aprimoramento de suas rotinas de trabalho. Bueno, Lima e Teixeira (2019, p. 784) citam que:

É muito provável que a associação de todas as variáveis indicadas tenha favorecido a redução dos homicídios, mas, ainda que algumas tenham prevalência nesse processo, é difícil determinar a participação de cada uma. Essa redução, no entanto, não foi acompanhada dos números de mortes em decorrência de intervenções policiais que, pelo contrário, subiram no mesmo período.

Enquanto os homicídios dolosos passaram de

12.475 mortes em 2001 para 4.377 em 2016, redução de 65% no número de vítimas, as mortes em decorrência de intervenções das polícias civil e militar passaram de 605 vítimas em 2001 para 856 em 2016, incremento de 42%. Isso significa dizer que a taxa de homicídios variou de 30 por 100 mil habitantes para 7,9, e as mortes decorrentes de intervenções policiais saltaram de 0,8 para 1,9 por 100 mil habitantes.

Com esses dados, é possível observar uma redução dos homicídios, mas também uma maior violência policial. A questão que se coloca junto aos Direitos Humanos é a de ainda haver pessoas morrendo, independentemente de quem são, não resolvendo, assim, a situação dos homicídios no país.

Como visto, é fato que o aumento do investimento em segurança pública tem relação com a redução da criminalidade e da violência, além da relação com outros setores do Estado, como a Economia e os Direitos Humanos, em que no primeiro é de grande relevância o salário da polícia, e no segundo com um treinamento humanizado para não criar mais atritos que o normal. Ainda assim, alguns pesquisadores questionam se os gastos contra o crime não são demais, uma vez que superam os outros setores da economia do estado. Como afirma Kahn (1999, p.47)

O PIB nominal do Estado de São Paulo foi de 241,58 bilhões de dólares, ou 292,31 bilhões de reais, em valores de 1997, segundo a Fundação Seade. Os custos da violência aqui levantados, em caráter provisório, atingem a cifra de 8 bilhões e 96 milhões de reais, ou cerca de 3% do PIB estadual. É difícil julgar se esta é uma proporção elevada ou não em comparação com outros Estados ou países, mesmo porque não existe comparabilidade metodológica deste estudo com os demais. Porém, é sem dúvida um gasto

elevado quando comparado com o que é investido em outros setores: representa, por exemplo, 2,7 vezes o gasto feito com a Secretaria da Saúde e 21,7 vezes o gasto com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social em 1998.

Trazendo dados mais próximos do dia de hoje, o montante arrecadado em impostos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado entre os anos de 2012 e 2022, segundo o site da Fazenda, como apresentado na Tabela 1:

Tabela 1 e Total arrecadado em impostos

destinado à SSP Ano Total arrecadado

2012	R\$ 476.236.158,15
2013	R\$ 484.321.929,44
2014	R\$ 674.594.344,23
2015	R\$ 792.108.872,24
2016	R\$ 666.102.998,65
2017	R\$ 418.159.534,76
2018	R\$ 467.694.467,93
2019	R\$ 467.306.526,69
2020	R\$ 550.610.096,68
2021	R\$ 490.178.700,00
2022	R\$ 364.068.518,00

Fonte: Secretaria da Fazenda e do Planejamento do governo do estado de São Paulo

É possível observar que não há um padrão de arrecadação total, a linha do tempo varia muito de um ano para outro. Por isso, é necessário observar os demais dados em relação à Segurança Pública para que se crie argumentos sobre tal. Há uma formulação e execução de políticas públicas muito escassas quando se diz respeito aos direitos dos cidadãos. O que se entende por Segurança Pública é algo equivocado e só está em vigor para garantir a ordem pública, como se esse fosse o foco do direito fundamental dos cidadãos. Não existe uma responsabilidade social que propõe concretizar os direitos que são fundamentais, pelo contrário, acaba por desviar a titularidade de direitos em especial o exercício das liberdades públicas (MARQUES; BERWIG, 2017). Marques e Berwig (2017) ainda constatam que a Segurança Pública atualmente passou a ser uma espécie de instrumento de política penal, por ser usada, em grande parte, para o enfrentamento e combate da criminalidade usando como ferramenta as polícias e a repressão. A ideia de segurança tem o foco de manter a ordem pública, de forma que, ao invés de promover a segurança aos seus cidadãos, dá início a ações de violência, o que acaba acarretando mais insegurança. Uma educação de qualidade e de acesso a todos seria algo que poderia permitir a redução dos números que se posicionam nos cálculos que estão sendo indicados até aqui. No entanto elas continuam propondo que o jovem deve se preparar para o futuro, ignorando o fato problemático que as crianças e adolescentes trazem de fora, a escola acaba sendo palco para situações violentas que estão no dia a dia dos mesmos, como os abusos sexuais, maus-tratos, negligências, bullyings e tantas outras (SANTOS; KASSOUFKA, 2007). Por sua vez, mesmo com os entraves da falta de leis e dos furos que as acompanham, os cidadãos devem pressionar primeiramente quem está mais próximo deles, o vereador da cidade, o poder legislativo do município, para assim compreender melhor como são repassadas as verbas do Governo Estadual. Outro fator seria acompanhar o setor Estadual de Segurança Pública.

À luz de Bengochea (2004), a segurança pública deve ser abordada como um processo sistêmico, considerada como um fator multidimensional, composta por elementos interdependentes e demandando ações intersectoriais, ou seja, relacionando diferentes atores e distintas políticas públicas, esferas de governo e sociedade civil. Tudo isso de modo a assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a ampliação da justiça da punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos (BENGOCHÉA et al, 2004, p. 120).

Com todas as lacunas supramencionadas, faz-se necessário um profundo estudo nos investimentos orçamentários em relação à Segurança Pública em São Paulo, de modo a responder ao seguinte problema de pesquisa: Como foram distribuídos os gastos em Segurança Pública no estado de São Paulo entre os anos de 2012 e 2022?

O percurso de pesquisa previamente elaborado para responder à questão passa pelos objetivos geral e específicos, além dos procedimentos metodológicos apresentados a seguir:

Hipótese:

O maior investimento orçamentário em Segurança Pública implica na diminuição das taxas de homicídios no Estado de São Paulo, mas não necessariamente na redução da violência policial.

Objetivo Primário:

Analisar criticamente a distribuição dos gastos na Segurança Pública do estado de São Paulo entre os anos de 2012 e 2022.

Objetivo Secundário:

Objetivos Secundários:- Compreender a dinâmica de repasse de verbas vinculadas à Segurança Pública ao Governo do estado de São Paulo;- Correlacionar os índices de homicídio doloso/culposo/qualificado/duplamente qualificado com os gastos injetados nas políticas públicas de redução dos mesmos ou aumento;- Discutir melhorias para a segurança pública diante dos desafios orçamentários;- Correlacionar os gastos com Segurança Pública com o aumento ou não da violência no estado de São Paulo entre os anos de 2012-2022.- Conhecer o que pensam as autoridades em relação aos gastos com a Segurança Pública do Estado de São Paulo

Metodologia Proposta:

Qualitativo:Diário Oficial, Documentos da Secretaria de segurança pública - Consulta por meio da Secretaria da Fazenda, Sites, Documentos do Instituto Sou da Paz, Orçamento Estadual de São Paulo, Secretaria de Segurança Pública de São Paulo

Quantitativo: Fórmula Estatística de Correlação de Dados Dados Retirados das Fontes

Ideais Qualitativo: Livros, Artigos, Dissertações etc.

Entrevista Semi-Estruturada (já há um roteiro) Serão Utilizadas Metodologias Bibliográficas, Documentais, Entrevistas com questionários, se for preciso pesquisa de campo.

Critério de Inclusão:

Para pesquisa de campo pretendo aplicar entrevistas que tenho uma prévia de como serão:Pretendo entrevistar Bruno Paes Manso (sociólogo e pertencente ao Núcleo de Estudos em Violência da USP); Dr. Alexandre Saraiva (delegado e doutor pela UFAM); Professor Dr. Milton Carvalho Junior (Professor do Mestrado Profissional em Segurança Pública da UFBA); José Vicente (ex-coronel da Polícia Militar de São Paulo), Elizabeth Leeds (Observatório de Segurança Pública), Coordenador Geral do GESP (Grupo de Estudos de Segurança Pública da USP): ProF. Luís Antônio Francisco de Souza, Eduardo Suplicy (professor aposentado da FGV, ex-

Riscos:

Tendo em vista que os participantes são pessoas públicas e estudam ou trabalham com Segurança Pública, entendemos que os riscos presentes são cansaço, desconforto ou aborrecimento ao responder as questões.

Benefícios:

Ao analisar criticamente a distribuição dos gastos na Segurança Pública do estado de São Paulo entre os anos de 2012 e 2022, os dados dessa pesquisa podem ajudar gestores públicos na avaliação e reavaliação das políticas que vem sendo implementadas no estado.

Metodologia de Análise de Dados:

Além da análise bibliográfica e documental, serão realizadas entrevistas com os seguintes participantes:

1- Listar os nomes de cada um. Formas de convite para participação na pesquisa. Formas de agendamento. Local da pesquisa. Apresentação da pesquisa e do Termo de Consentimento.

Desfecho Primário:

Resultados esperados num primeiro momento.

Tamanho da Amostra no 40

Data do Primeiro Recrutamento: 30/01/2025

Países de Recrutamento		
País de Origem do Estudo	País	Nº de participantes da pesquisa
Sim	BRASIL	40

Outras Informações

Haverá uso de fontes secundárias de dados (prontuários, dados demográficos, etc)?

Sim

Detalhamento:

Haverá pesquisa semiestruturada e dados de bases do Governo do Estado de São Paulo.

Informe o número de indivíduos abordados pessoalmente, recrutados, ou que sofrerão algum tipo de intervenção neste centro de pesquisa:

40

Grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa neste centro

ID Grupo	Nº de Indivíduos	Intervenções a serem realizadas
Pessoas Entrevistadas	40	Serão entrevistados pessoas do ramo da Segurança Pública e também cidadãos

O Estudo é Multicêntrico no Brasil?

Não

Propõe dispensa do TCLE?

Não

Haverá retenção de amostras para armazenamento em banco?

Não

Cronograma de Execução

Identificação da Etapa	Início (DD/MM/AAAA)	Término (DD/MM/AAAA)
Elaboração e melhorias no projeto	22/12/2024	22/12/2025
Pesquisa documental/bibliográfica	22/12/2024	01/02/2025
Análise dos dados	22/12/2024	22/12/2025
Defesa da dissertação	22/12/2024	22/12/2025
Qualificação do projeto	22/12/2024	01/02/2025
Pesquisa de campo	22/12/2024	22/12/2025
Desenvolvimento da dissertação	22/12/2024	22/12/2025
Cumprimento dos créditos em disciplinas	22/12/2024	22/12/2024

Orçamento Financeiro

Identificação de Orçamento	Tipo	Valor em Reais (R\$)
Equipamentos	Capital	R\$ 4.000,00

Data de Submissão do Projeto: 11/11/2024

Nome do Arquivo: PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2387572.pdf

Versão do Projeto: 1

Total em R\$		R\$ 4.000,00
Deslocamento Próprio	Custeio	R\$ 3.000,00
Busca documental em outras cidades	Custeio	R\$ 1.800,00
Previsão de Ressarcimento de Despesa de Participantes	Custeio	R\$ 1.800,00
Total em R\$		R\$ 10.600,00

Bibliografia:

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 mai. 2000, Seção 1, p. 1. BUENO, S.; LIMA, R. S.; TEIXEIRA, M. A. C. Limites do uso da força policial no Estado de São Paulo. Cadernos EBAPE. BR, v. 17, p. 783-799, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/cebape/a/hZdwqVLLt55ZjTfP8GpFcdL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2022. CRESTANI, L. A. O Surgimento do inimigo interno: Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985). Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 5, n. 9, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1157>. Acesso em: 18 ago. 2022. CRUZ, A. V. H.; et al. A ditadura que se perpetua: Direitos humanos e a militarização da questão social. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 37, p. 239-252, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pcp/a/VV6DvqF4XtkDvH86BcXvVN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022. DIAS, C. N. Da guerra à gestão: a trajetória do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas prisões de São Paulo. Revista Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura, Ano VIII, v. 2, n. 10, p. 79-96, 2009. Disponível em: [estritos/files/migrados/File/RevPercurso.pdf](https://www.scielo.br/pe/a/k8CfD9XbDpJ8vzfjQXP3qN/?format=pdf=pt). Acesso em: 20 ago. 2022. FESTINGER, L.; KATZ, D. A pesquisa na psicologia social. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974. GALDINO, J. A. Análise das despesas orçamentárias com segurança pública no Brasil. Dissertação de mestrado em Contabilidade e Controladoria na Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Profa. Dra. Maria da Glória Vítório Guimarães. 110 p. 2014. GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. NÓBREGA JÚNIOR, J. M. A segurança pública como controle da violência homicida. Prima Facie. João Pessoa, v. 10, n. 18, p. 178-216, jul./dez. 2011. KAHN, Tulio. Os custos da violência: quanto se gasta ou deixa de ganhar por causa do crime no Estado de São Paulo. São Paulo em perspectiva, v. 13, p. 42-48, 1999. LIMA, R. S.; BUENO, S.; MINGARDI, G. Estado polícias e segurança pública no Brasil. Revista Direito GV. São Paulo, vol. 12 nº. 1. p. 49-85, jan-abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/rdgv/a/k8CfD9XbDpJ8vzfjQXP3qN/?format=pdf=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022. MARQUES, D. F. Z.; BERWIG, A. SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS. Salão do Conhecimento, 2017. MATOS, P. O. Orçamento de segurança pública e orçamento de defesa no Brasil: análise comparativa da estrutura e variação dos gastos públicos (2003-2017). In: X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, Universidade de São Paulo (USP), 2018. Disponível em: [/www.enabed2018.abedef.org](http://www.enabed2018.abedef.org). SÃO PAULO. Secretaria da Fazenda e do Planejamento do governo do estado de São Paulo. Receita Orçamentária. Disponível em: <https://www.fazenda.sp.gov.br/SigoeLei131/Paginas/FlexConsReceita.aspx>. Acesso em: 25 ago. 2022. SANTOS, I. G.; GONTIJO, J. G. L.; AMARAL, E. F. L. A. A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais (1999-2010). OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 21, nº 1, p. 105-131, abril, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/op/a/Z85GR3G9bYJDHRpCJXgnFFB/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2022. SAPORI, L. F. Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Upload de
Documentos Arquivo
Anexos:

Tipo	Arquivo
Folha de Rosto	folha_de_rosto_yasmin.pdf
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_yasmin_wicher.docx
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2387572.pdf
Outros	Questionario_inicial.docx
Folha de Rosto	folha_de_rosto_yasmin.pdf
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	inicio_projbase.docx
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_yasmin_wicher.docx

Finalizar

Manter sigilo da integra do projeto de pesquisa: Não

Data de Submissão do Projeto: 11/11/2024

Nome do Arquivo: PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2387572.pdf

Versão do Projeto: 1

ANEXO C - DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA E APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA EM RELAÇÃO AOS GASTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 2012-2022

Pesquisador: YASMIN WICHER DAMASCENO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 84783924.0.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.275.652

Apresentação do Projeto:

O Projeto de Pesquisa apresenta como pressuposto que o maior investimento orçamentário em Segurança Pública implica na diminuição das taxas de homicídios no Estado de São Paulo, mas não necessariamente na redução da violência policial.

A autora aponta a necessidade de um profundo estudo nos investimentos orçamentários em relação à Segurança Pública em São Paulo, de modo a responder ao seguinte problema de pesquisa: Como foram distribuídos os gastos em Segurança Pública no estado de São Paulo entre os anos de 2012 e 2022

Objetivo da Pesquisa:

O presente estudo tem como objetivo analisar criticamente a distribuição dos gastos na Segurança Pública do estado de São Paulo entre os anos de 2012 e 2022.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

As informações estão bem detalhadas em relação à contribuição dos resultados da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta se desenvolverá por meio de uma triangulação metodológica, composta por uma pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Para fins da pesquisa de campo, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com pesquisadores e figuras políticas que se relacionam direta ou indiretamente com o tema. A abordagem será pesquisa quali-quantitativa, que une aspectos simbólicos e empíricos complementada pela análise estatística que proporcionará uma visão abrangente sobre o objeto de estudo em questão, a distribuição dos gastos com Segurança Pública no estado de São Paulo entre os anos de 2012-2022.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados estão coerentes e adequados aos objetivos propostos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Projeto de pesquisa apresenta referências relevantes e atuais. O percurso metodológico está adequado. Está de acordo com a ABNT.

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer aprovado ad referendum do colegiado pelo coordenador deste comitê de ética.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Básicas	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_D O_P	11/11/2024		Aceito
do Projeto	ROJETO_2387572.pdf	11:15:35		
Outros	Questionario_inicial.docx	11/11/2024	YASMIN WICHER	Aceito
		11:15:03		
Projeto Detalhado /	Projeto_yasmin_wicher.docx	06/11/2024	YASMIN WICHER	Aceito
Brochura		11:41:24		
Investigador				
Folha de Rosto	folha_de_rosto_yasmin.pdf	06/11/2024	YASMIN WICHER	Aceito
		11:40:13		
TCLE / Termos de	TCLE.docx	06/11/2024	YASMIN WICHER	Aceito
Assentimento /		11:38:23		
Justificativa de				
Ausência				

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 09 de Dezembro de 2024

Assinado por: _____

José Fernando Siqueira da Silva (Coordenador(a))

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP **Município:** FRANCA

ANEXO D - COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA

**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA EM RELAÇÃO AOS GASTOS COM
SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 2012-2022

Pesquisador: YASMIN WICHER DAMASCENO

Versão: 1

CAAE: 84783924.0.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de
Franca

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 137847/2024

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA EM RELAÇÃO AOS GASTOS
COM SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE
2012-2022 que tem como

pesquisador responsável YASMIN WICHER DAMASCENO, foi recebido para análise ética
no CEP Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP-Campus Franca em 18/11/2024
às 09:49.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP **Município:** FRANCA